



ÉTICA

PARA CURSOS TÉCNICOS

TATIANA DE MACEDO S. ROTOLO

EDITORA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

REITOR

Wilson Conciani

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Marley Garcia Silva

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Adilson Cesar de Araujo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Giano Luis Copetti

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciana Miyoko Massukado

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Simone Cardoso dos Santos Penteadado

SGAN 610, Módulos D, E, F e G

CEP: 70830-450 – Brasília-DF

Fone: +55 (61) 2103-2108

www.ifb.edu.br

E-mail: editora@ifb.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Conceição de Maria C. Costa

Dra. Daniele dos Santos Rosa

Dra. Edilsa Rosa da Silva

Esp. Eduardo Vieira Barbosa

MSc. Gabriel Andrade L. de A. Castelo Branco

Dr. Glauco Vaz Feijó

MSc. Gustavo Danicki A. Rosa

Julianne R. A. da Silva

MSc. Katia Guimarães Sousa Palomo

MSc. Mari Neia V. Ferrari

Dra. Maria Eneida Matos da Rosa

MSc. Mateus Gianni Fonseca

Esp. Rafael Costa Guimarães

MSc. Wákila Nieble R. de Mesquita

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Katia Guimarães Sousa Palomo

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Sandra Maria Branchine

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Gabriel Felipe Moreira Medeiros

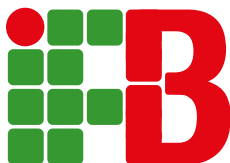
REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Guilherme João Cenci

TIRAGEM

2.000 exemplares

EDITORA



© 2016 Editora IFB

A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos nos capítulos são de exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos desta edição são reservados à Editora IFB. É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.

TATIANA DE MACEDO S. ROTOLO



ÉTICA

PARA CURSOS TÉCNICOS

1ª edição

Brasília-DF
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
2016

R848e Rotolo, Tatiana de Macedo S.

Ética para cursos técnicos / Tatiana de Macedo
S. Rotolo. -- Brasília: Editora IFB, 2016.
100 p. : il.

ISBN: 978-85-64124-41-7

1. Ensino profissional. 2. Ética. 3. Mercado de
trabalho. I. Título.

CDU 17:377

INTRODUÇÃO

A empreitada deste trabalho nasceu de uma demanda de sala de aula. Solicitada a ministrar disciplinas que envolviam o tema de ética e cidadania em diversos cursos técnicos subsequentes do IFB, percebi a necessidade de material didático de apoio.

Em geral, as disciplinas contidas nos cursos técnicos abordam a ética de maneira um tanto superficial. Voltada para, de certo modo, inculcar nesses cursos alguns valores do mercado de trabalho (como capacidade de tomar decisões, de liderar ou de trabalhar em grupo), percebi que a maneira como a ética era tomada nos planos de curso não condizia com a proposta de uma educação profissional emancipadora.

Um cidadão emancipado é aquele que compreende seu papel social. Uma ética da empresa ou um código de ética são importantes na medida em que traçam os dilemas profissionais. Entretanto, a ética pode ser abordada de uma maneira muito mais abrangente. Ética da empresa e códigos de ética em geral são apenas códigos de conduta em que cabe ao sujeito da ação cumpri-los ou não, um tipo de pensamento binário que opera à maneira do “sim” e do “não”.

Evidentemente, debater os dilemas do ambiente de trabalho é uma prática saudável, mas agregar elementos para que tal discussão seja mais rica e que haja mais possibilidades de reflexão sobre as atitudes no trabalho é uma tarefa na qual a filosofia pode atuar. Ou seja, a ética profissional pode ganhar muito se também se voltar para as questões da filosofia.

A ética, na filosofia, possui uma história e um conjunto de teorias; tem como pressuposto questões como escolhas, responsabilidade, liberdade ou alteridade. Não pretendemos, dessa maneira, educar apenas para a ética da empresa. O objetivo deste livro é, ao contrário, dar subsídios teóricos para que o estudante tenha uma capacidade alargada de compreender e ler o mundo ao seu redor, e, a partir disso, julgar com mais propriedade os dilemas envolvidos no mundo do trabalho. Esse é, sem dúvida, o fundamento de qualquer ação educativa, inclusive da educação profissional.

É preciso lembrar que uma educação profissional pública, como a que exercemos no IFB, não precisa ser pautada pelas demandas do mercado. Podemos e devemos alçar voos maiores, mais amplos.

Imbuída dessa intenção, iniciei uma guinada nos cursos de ética ministrados no *Campus Riacho Fundo* e, posteriormente, no *Campus Taguatinga Centro*, em direção a aulas menos voltadas para as demandas do mercado e mais ancoradas na reflexão filosófica. Para minha surpresa, a receptividade dos alunos foi imensa. Curiosos e ávidos por refletir e carecendo de manancial teórico que lhes permitisse produzir sobre tais temas, a abordagem de autores como Marx, Rousseau, Platão e Aristóteles foi, em geral, muito bem-vinda.

Entretanto, faltava um material que lhes servisse de guia. Foi justamente daí que surgiu esta obra. A princípio, percebendo a recepção positiva dos alunos, propus um projeto de pesquisa que de alguma maneira me permitisse compreender melhor como trabalhar as ciências humanas e em especial a filosofia entre os alunos do ensino técnico subsequente.

É característica desses alunos o fato de serem, na sua imensa maioria, trabalhadores. Aos poucos, o projeto de pesquisa foi se transformando num conjunto de materiais para se trabalhar em sala de aula. Ficou evidente não só que é possível trabalhar filosofia nos cursos técnicos subsequentes, mas também que os próprios alunos estavam muito predispostos a esse tipo de interlocução.

A partir daí fui confeccionando este material, elaborando texto, temas e uma linguagem específica capaz de se comunicar com esse tipo de aluno. Da experiência positiva dos cursos de ética e cidadania, nasceu este projeto.

Optei pelo uso de poemas e obras de arte conjuntamente com o texto didático. O objetivo é trazer aos alunos dos cursos técnicos elementos que geralmente estão distantes do seu cotidiano. Dessa maneira, além da filosofia, é importante que também tomem contato com outras perspectivas e novos horizontes. A arte sempre foi um imenso manancial para a reflexão. É por isso que ela também está presente neste livro.

Espero que gostem!

SUMÁRIO

Capítulo **01** **10**

(O ENSINO PROFISSIONAL E O MUNDO DO TRABALHO)

Capítulo **02** **16**

(MERCADO DE TRABALHO)

Capítulo **03** **32**

(ÉTICA)

Capítulo **04** **41**

(O SUJEITO MORAL)

Capítulo **05** **45**

(TEORIAS ÉTICAS)

Capítulo **06** **54**

(ÉTICA PROFISSIONAL)

59

Capítulo **07**

(ÉTICA E EDUCAÇÃO)

66

Capítulo **08**

(POLÍTICA)

71

Capítulo **09**

(DEMOCRACIA)

83

Capítulo **10**

(E O BRASIL?)

93

Capítulo **11**

(POLÍTICA, HISTÓRIA E CIDADANIA NO BRASIL)

10

Bibliografia

CAPÍTULO 01

**O ENSINO PROFISSIONAL E
O MUNDO DO TRABALHO**



O objetivo desta unidade é que você compreenda as relações entre o ensino profissional, o mundo do trabalho e a organização da sociedade. Queremos que você entenda qual é a finalidade dessa modalidade de ensino, quais são as suas especificidades e, principalmente, quais são os objetivos e princípios que pautam o ensino profissional no mundo contemporâneo.

O ensino profissional se caracteriza pelo ensino de ofícios aplicados e é extremamente ligado ao mundo da prática. É um tipo de relação voltada para o mundo do trabalho. Podemos até mesmo arriscar dizer que o ensino profissional é a modalidade de ensino mais antiga da humanidade. Por quê? Ora, toda a transmissão de um conjunto de conhecimentos técnicos aplicados ao desenvolvimento de um ofício determinado é um ensino profissional.

Muito antes de se descobrir o alfabeto, a humanidade já transmitia técnicas relativas a áreas essenciais para a sua sobrevivência. É quando, por exemplo, o caçador ensina a caçar, um padeiro ensina a fazer o pão, ou um oleiro faz objetos de barro. O uso da técnica é uma característica tão humana quanto a linguagem ou a vida em sociedade. Ensinar a plantar, caçar, confeccionar objetos ou cozinhar os alimentos são atividades fundamentais que marcam o início da vida em sociedade. Assim, podemos considerar a transmissão dessas técnicas, mesmo que de maneira bem rudimentar, experiências primitivas do ensino profissional.

Com isso, é válido afirmar não apenas que o ensino profissional é tão antigo quanto a nossa espécie, mas também que a sua principal característica é ser um tipo de ensino voltado para o trabalho humano. O tipo de saber contido no ensino profissional



não é aquele voltado para a produção de um conhecimento abstrato e especulativo. É, ao contrário, um tipo de saber voltado para a aplicação imediata e efetiva de um dado problema ou de um campo específico da vida. O tipo de saber envolvido no ensino profissional é um saber prático e produtivo.

Desde a antiguidade clássica, muitos filósofos refletiram sobre o conhecimento humano, quer dizer, como o ser humano conhece o mundo e de que maneira o faz. A própria questão do conhecimento é um dos temas mais importantes em filosofia.

Figura 1 – Pintura rupestre do período paleolítico



Fonte: <<http://www.everystockphoto.com/>>

Como podemos ver, esta pintura rupestre é o registro de um animal. Por que será que nossos ancestrais pintavam as paredes das cavernas? Muitas são as teorias. Alguns autores defendem que tais pinturas representam uma necessidade natural do ser humano de se expressar artisticamente. É certo que, até hoje, ninguém sabe exatamente porque os antigos registravam suas atividades nas cavernas ou em rochas. As diversas pinturas



encontradas ao redor do mundo registram atos cotidianos da vida humana naquele período. Uma caçada ou o momento do parto de uma criança, por exemplo. A questão é: será que essas pinturas também não serviam como forma de ensinamento? Será que as gerações posteriores não aprendiam sobre a caça, o plantio ou aspectos práticos da vida humana a partir da observação dos desenhos nas cavernas? Não seria isso também, além de uma forma rudimentar de expressão artística, uma forma muito primitiva de ensino profissional?

Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., afirmava que todos os conhecimentos humanos são de três tipos: os conhecimentos teóricos (episteme), os conhecimentos práticos (práxis) e os conhecimentos produtivos (poíesis). Segundo ele, os conhecimentos teóricos são aqueles relativos às ciências; são conhecimentos contemplativos que buscam compreender os princípios ou a essência das coisas que são independentes da interferência humana. São, por exemplo, os conhecimentos da matemática, da física ou da filosofia.

Já os conhecimentos práticos, por sua vez, são aqueles que se referem à ação humana. Diferem dos conhecimentos científicos porque são apenas prováveis e não determinados. Quer dizer, um conhecimento teórico é sempre necessário. Por exemplo, uma verdade matemática será sempre a mesma: não importa o tempo ou o lugar, $2 + 2$ sempre será igual a 4.

Já com relação à ação humana, isso não acontece. Por quê? Porque os seres humanos não são previsíveis. Somos sujeitos à ação dos sentimentos, das paixões; nossas ações não são, por isso, necessárias como as verdades da matemática. Porém, segundo Aristóteles, mesmo o universo humano sendo inconstante e mutável, ele é passível de ser conhecido. Mas



o tipo de conhecimento que empenhamos neste universo é diferente de um conhecimento teórico e científico. Para Aristóteles, os exemplos mais importantes da ação humana são os conhecimentos no campo da ética e da política.

Por último, há um terceiro tipo de conhecimento, que não é nem teórico, nem prático. São os conhecimentos produtivos, aqueles pertinentes a um tipo específico de ação humana: a ação fabricadora. Eles são diferentes da práxis, pois o resultado da ação está fora do agente, quer dizer, a ação fabricadora tem como finalidade não uma ação dependente de uma pessoa específica, como um gesto ou uma ação heroica, mas uma ação que produza um resultado palpável, observável e concreto.

Por exemplo, uma ação virtuosa é uma ação relativa à práxis, pois não temos como distinguir a ação daquele que age. O ato heroico de um bombeiro que salva uma vida está sempre relacionado com a pessoa deste bombeiro. Um conhecimento produtivo opera justamente de maneira oposta. A precondição de sua existência é que ele produza um resultado concreto, seja um objeto que foi fabricado, uma mesa, uma cadeira ou até mesmo um poema.

A característica mais importante de uma ação produtiva é que o resultado da ação está fora do sujeito que age. Assim, para Aristóteles, um conhecimento que produza algum tipo de coisa, é um conhecimento produtivo. Os ofícios, a produção de objetos, a cura das doenças são todos exemplos de conhecimentos produtivos. É justamente esse tipo de conhecimento que é transmitido pelo ensino profissional.

Assim, quando afirmamos que o ensino profissional está voltado para o mundo do trabalho, isto é, um tipo de conhecimento produtivo, queremos dizer com isso que a transmissão de um



conjunto de técnicas e o desenvolvimento de ofícios os mais diversos possíveis são atividades que caminham lado a lado.

Assim como o conhecimento produtivo se volta para a ação fabricadora, que articula um conjunto de técnicas para compor uma obra ou um objeto, o ensino profissional também opera de maneira semelhante. O ensino profissional é uma modalidade de ensino que se dedica a transmitir conjuntos de técnicas, mobilizando-as para uma atividade específica que em geral tem como fim a produção de uma obra: uma obra de marcenaria, um alimento, um composto químico, um facilitador de ações cotidianas etc.

Porém, a noção mais comum que temos hoje é de que o ensino profissional é uma modalidade de ensino ligada ao mercado de trabalho. Tal perspectiva é uma visão limitante e redutora. Este ensino é, sim, ligado ao trabalho, mas a ideia de “mercado de trabalho” é algo que apenas surge na humanidade no período moderno. Com isso, queremos afirmar que o trabalho é algo pré-existente ao mercado de trabalho. Vejamos então como essa relação foi construída.



CAPÍTULO 02

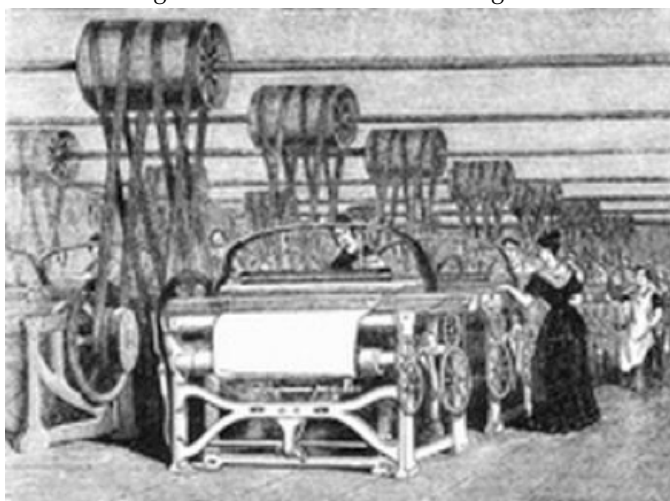
MERCADO DE TRABALHO



Hoje em dia é muito comum associarmos o trabalho ao mercado de trabalho. Porém, esquecemo-nos de lembrar que mercado de trabalho é um conceito mais contemporâneo. Para falar de mercado de trabalho é preciso antes compreender um período muito importante da nossa história moderna.

Esse período deu a cara da nossa sociedade moderna atual tal como a conhecemos hoje. Trata-se da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo. O mundo do trabalho é algo que existe antes de o capitalismo chamar este universo de “mercado”. Como vimos, trabalhar para suprir as necessidades fundamentais é uma atividade tão própria do ser humano quanto a capacidade de linguagem, de produzir utensílios ou até mesmo de usar o fogo.

Figura 2 – Fábrica de tecidos inglesa



Fonte: <<http://www.brasilecola.com/historiag/iluminismo.htm>>

Esta imagem retrata os primórdios da revolução industrial na Inglaterra. Esse período apresentou mudanças profundas na estrutura do trabalho e na produção de bens e utensílios na



história da humanidade. Pode-se dizer que a Revolução Industrial transformou por completo a relação do homem com o fruto do seu trabalho. Daí advém a noção de mercado de trabalho.

O trabalho nada mais é que uma atividade humana realizada para superar as adversidades que a natureza nos impõe e, com isso, nossa vida se tornar melhor. Trabalhamos para fazer abrigos, aquecer-nos, produzir, cozinhar e armazenar os alimentos, cuidar dos mais jovens ou confeccionar utensílios. Trabalhamos, de certa maneira, para tornar nossa vida mais simples e fácil frente a tudo aquilo que a natureza vem nos colocar. Quando construímos um abrigo para nos proteger do frio ou da chuva, isso é trabalho, assim como quando aramos a terra para melhorar a produção dos alimentos.

A história humana sempre esteve relacionada ao trabalho. Desde o homem pré-histórico, como vimos na pintura rupestre acima, há trabalho. Porém, ao longo da história humana, entendemos esse trabalho de maneiras muito diferentes.

O filósofo alemão Karl Marx dedicou boa parte de sua obra para compreender os meandros do conceito de trabalho, desde suas origens mais remotas até o seu funcionamento nas sociedades modernas.

Marx nasceu em Tréveris, Alemanha, em 05 de maio de 1818 e faleceu em Londres em 14 de março de 1883. Sua obra foi vastíssima. Estende-se da sociologia, história, economia e filosofia às atividades jornalísticas. Seu legado teórico influenciou os principais eventos revolucionários do século XX e ainda podemos perceber sua influência em intelectuais, ativistas e movimentos sociais no século XXI.

Segundo Marx, nossos antepassados mais remotos não



produziam seus meios de subsistência. Eles se limitavam a consumir aquilo que a natureza lhes oferecia já pronto para o consumo. O homem, nesse período, era um ser muito rudimentar e guiava-se por seus instintos e por suas necessidades mais imediatas. Era a natureza, e não ele mesmo, quem comandava seus movimentos. O homem limitava-se, assim, a consumir aquilo que a natureza lhes oferecia já pronto para o consumo. Com o passar do tempo, o ser humano foi desenvolvendo uma capacidade determinada de modificar a natureza pelo seu trabalho. Dessa maneira, ele desenvolveu uma certa independência da natureza. Ele passou a produzir seus próprios meios de subsistência e, aos poucos, foi criando para si e para a sua comunidade uma economia produtora. A capacidade do trabalho trouxe também o desenvolvimento da tecnologia. Porém, o desenvolvimento do trabalho não teve apenas consequências positivas; teve também uma consequência

Outro filósofo, Jean Jaques Rousseau, nascido em Genebra, na Suíça, em 1712, escreveu justamente sobre a origem da propriedade privada. Sabemos que Marx era um grande admirador das ideias de Rousseau. Segundo Rousseau, o homem era naturalmente um ser bom. Vivia em contato harmônico com a natureza, que provia suas necessidades imediatas. Este homem natural não era um ser racional e, portanto, não tinha capacidade de se organizar em sociedade. Contudo, em um determinado momento da evolução humana, alguém cerca um pedaço de terra e diz "Isto é meu!". A propriedade privada dá início, para Rousseau, não só aos instintos egoístas e violentos dos homens, mas também ao Estado de Sociedade.





trágica: o início da escravidão. A exploração do trabalho alheio, fruto do desenvolvimento do processo de trabalho, criou a divisão do trabalho e a propriedade privada. Em outras palavras, alguns homens trabalhavam de fato, enquanto outros apenas coordenavam o trabalho alheio. Para Marx, a partir da divisão do trabalho, surgiu também a exploração do trabalho de outras pessoas.

A divisão do trabalho gerou um modo de perceber o mundo e as relações sociais a partir da visão da posição que um sujeito ocupa nessa divisão. Se ele é escravo, sua visão de mundo é a de quem é dominado. Mas, se ele é o senhor, sua visão de mundo é a do dominador. Assim, Marx afirma que tudo aquilo que pensamos e afirmamos sobre o mundo está, em primeiro lugar, relacionado à posição social que ocupamos no processo de divisão do trabalho. Em um de seus textos mais famosos, *A Ideologia Alemã*, ele afirma: “Não é a consciência que produz o ser social, mas o ser social que produz a consciência”. Ou seja, o que somos depende do lugar que ocupamos numa sociedade, e o que pensamos dependerá dessa relação.

Para Marx, não nascemos com uma consciência inata. Essa consciência é, ao contrário, produzida, e sua produção depende do papel que desempenhamos na hierarquia social.

Mas Marx fica com uma interrogação: por que, então, acreditamos em determinadas coisas como se elas fossem válidas para toda a humanidade, quando, na verdade, elas dependem da posição social em que elas foram produzidas? Por que algumas ideias são tidas como universais?

Por exemplo, a noção de igualdade. Sempre fomos levados a pensar que somos todos iguais; mas, se pararmos para pensar, somos, na realidade, muito diferentes uns dos outros. Há pessoas



altas, baixas, gordas, magras, ricas e pobres. Marx responderá essa questão dizendo que as ideias mais difundidas, aquelas tidas como universais, pertencem a uma classe social que consegue fazer com que suas opiniões dominem justamente porque ela é uma classe dominante. Ou seja, as ideias universais são, na verdade, de uma classe social que detém o poder e, por isso, consegue dissipá-las como se fossem de todos.

Dessa maneira, ao fenômeno que leva os homens a acreditar que o ponto de vista de uma classe é o ponto de vista da humanidade inteira – e que, portanto, é conveniente para a totalidade dos homens – Marx chamou de ideologia. Assim, ideologia é um fenômeno em que as ideias de um grupo dominante são espalhadas e tidas como sendo da sociedade inteira.

A ideologia, diz Marx, funciona como o reflexo da imagem na câmera fotográfica; vem invertida. Acreditamos que a imagem é um reflexo da realidade, enquanto ela está, de fato, de cabeça para baixo.

Em outras palavras, a ideologia mascara, escamoteia, esconde e perverte uma dada realidade. Ela faz com que a realidade não se apresente como tal.

Por exemplo, o quadro de René Magritte. Ainda que ele tenha pintado um cachimbo, podemos ler: “Isto não é um cachimbo”. A noção de ideologia dialoga com essa pintura. A ideologia, tal como o quadro de Magritte, tenta nos convencer de que a realidade não é como ela se apresenta. Apesar de vermos um cachimbo, Magritte tenta nos convencer de que o objeto ali não é, de fato, um cachimbo. A ideologia é justamente esse mecanismo que visa nos convencer de que a realidade não é aquela que se apresenta diante de nossos olhos.



Figura 3 – *Ceci n'est pas une pipe*, René Magritte



Fonte: <www.everystockphoto.com>

Assim, para Marx, a ideologia é a apresentação universal das ideias particulares de uma classe social, a classe dominante, como se essas ideias valessem para a humanidade como um todo. A ideologia opera, por exemplo, quando afirmamos que “todos os homens podem enriquecer apenas pelo suor do seu trabalho”.

Se pararmos para pensar, nem todos irão enriquecer apenas pelo seu trabalho, pois são pobres demais, têm instrução e educação precária e não possuem as condições mínimas para chegar aos melhores empregos. E, por mais que trabalhem duro, estarão condenados a uma vida de miséria. É claro que há casos de sujeitos que de fato conseguiram enriquecer apenas pelo suor do seu trabalho e que, por um esforço sobre-humano, conseguiram abandonar uma situação de penúria. Mas tais casos são exceção e não regra. Tomar essas exceções como regra e universalizá-las é exatamente o que faz a ideologia. Se essa exceção fosse



regra, quer dizer, se todos os pobres enriquecessem apenas com o suor do seu trabalho, praticamente não haveria mais pobreza no mundo, uma vez que os pobres trabalham muito mais que os ricos (estes, sim, que levam uma vida de bonança).

Assim, para Marx, a própria história da humanidade é de certa maneira a história do trabalho e da exploração do trabalho alheio. Quando analisamos a história nos dias de hoje, segundo as lentes de Marx, percebemos que o trabalho opera ainda sobre a base da exploração.

Vejamos a obra de Fernand Léger, *Os Construtores*:

Figura 4 – *Os Construtores*, Fernand Léger



Fonte: <extensao.cecierj.edu.br>

Se nos pautarmos pela lógica de que o trabalho “enriquece”, os trabalhadores seriam prontamente recompensados pelo esforço do seu trabalho. Mas é isso que acontece na realidade?



Quem trabalha duro, em trabalhos pesados ou muitas vezes degradantes, é de fato recompensado? Não seria isso uma ideologia criada para estimular que cada vez mais nos dediquemos incessantemente ao trabalho, mesmo não tendo garantias de sucesso ou recompensa?

Quando falamos em mercado de trabalho, em geral nos esquecemos do real significado da palavra mercado. Você já parou para pensar o que é de fato esse mercado? Ora, mercado é um espaço de compra e venda de mercadorias. Uma feira, por exemplo, é um mercado. E quanto ao trabalho? Ele pode ser vendido como se estivéssemos numa feira?

Marx dizia que sim. E, ainda, que a base do lucro no sistema capitalista vem do comércio do trabalho. Como se dá esse processo? Marx descreve essa relação através da noção de mais-valia.

A revolução industrial inventou não apenas máquinas novas. Inventou também uma forma completamente nova de relação de trabalho: o trabalho assalariado. Diferentemente de outros sistemas anteriores, que se fundamentavam no trabalho escravo (o sistema feudal, embora não tivesse trabalho escravo, mantinha relações de trabalho muito semelhantes), o capitalismo se fundamentou na relação de troca de trabalho por dinheiro. Marx dizia que a fonte do capitalismo, que é o lucro, vem dessa troca. Como isso acontece?

Todos precisamos de mantimentos para sobreviver. Antes do capitalismo, quem fornecia esses mantimentos ao escravo era o senhor, o qual, em troca, apropriava-se do seu trabalho. Mas no capitalismo não temos mais senhores e escravos. A maneira pela qual conseguimos os mantimentos necessários para sobreviver é trocando nosso trabalho por um salário. Com isso, podemos



comprar comida, roupas etc. É justamente aí que reside o coração do lucro do capitalista. Ao comprar nosso trabalho, o capitalista não paga exatamente o que esse trabalho vale. Ele paga menos e vende o produto – o resultado do trabalho – por um valor maior.

A diferença entre o trabalho realizado pelo trabalhador e o valor pago pelo patrão, é a mais-valia – ou também mais-valor. É justamente esse trabalho a mais que o patrão não paga que é a fonte de lucro.

Assim temos a seguinte equação:

$$\text{TRABALHO REALIZADO} - \text{SALÁRIO} = \text{LUCRO}$$

A tirinha na página seguinte explica bem essa relação.

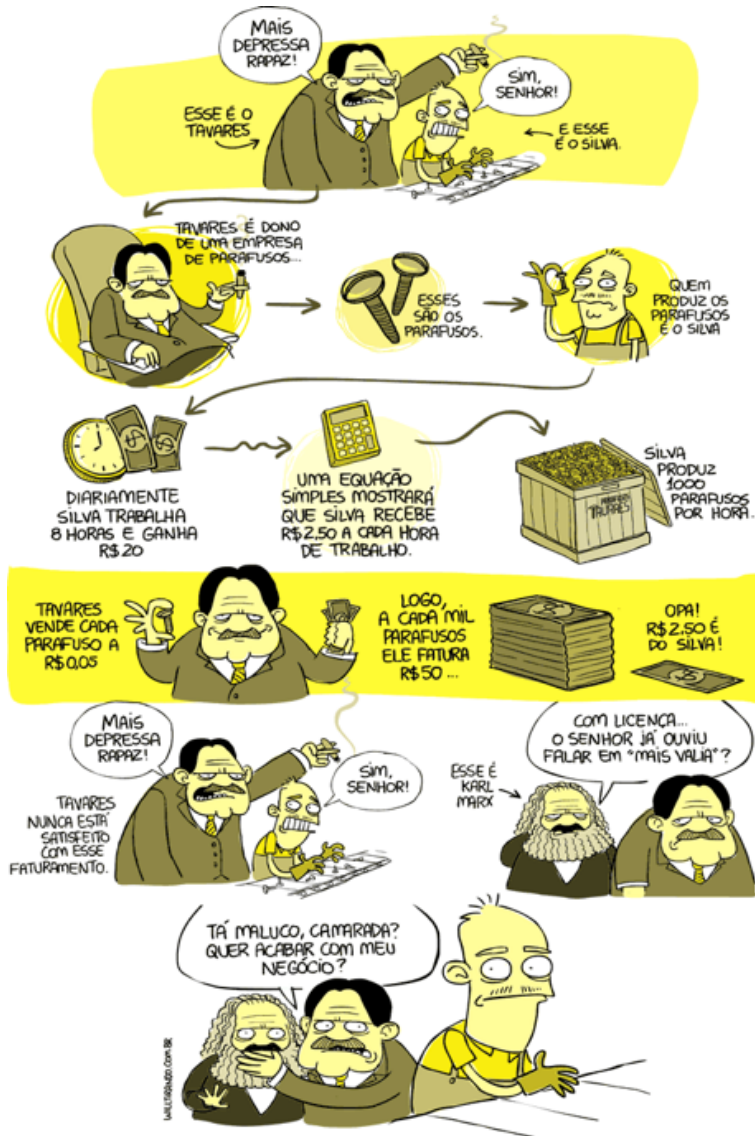
É por isso que existem as greves e as manifestações dos trabalhadores. O que eles querem quando param o trabalho? Uma fatia mais justa do pagamento pela mercadoria que eles próprios produziram.

Por que essa relação não muda? Aí é que entra a ideologia que vimos mais acima. A exploração do trabalho não muda porque desde o nosso nascimento somos bombardeados com a ideia de que somos livres e iguais e, portanto, donos da nossa vida, enquanto que, de fato, estamos condenados a viver apenas da venda injusta do nosso trabalho. A ideologia é um instrumento muito eficaz para manter a continuação de toda essa lógica.

É justamente o fato de a ideologia dominante pregar constantemente que o resultado de sua vida depende apenas de você, que faz com que a exploração do trabalho se perpetue.



Figura 5 – Will Leite



Fonte: <www.willtirando.com.br>

Além disso, Marx faz uma distinção entre valor de uso e valor de troca de uma mercadoria. O valor de uso corresponde, como o próprio nome indica, à utilidade de uma mercadoria. Ela vale algo porque possui uma função útil e produtiva. Uma cadeira, um casaco, um copo são objetos que possuem valor de



uso. O valor de uso estabelece uma relação de valor qualitativa. Mas o valor das coisas, no capitalismo, como podemos perceber, não se pauta apenas pelo valor de uso. Caso fosse assim, todas as cadeiras, todos os casacos ou todos os copos teriam o mesmo valor.

Há também o valor de troca, que estabelece relações entre as mercadorias. É quando, por exemplo, convenciamos que uma cadeira pode ser trocada por cinco galinhas. Ou quando criamos uma relação entre as mercadorias e o quanto elas valem entre si e, principalmente, quando estabelecemos essa relação por meio do papel-moeda.

O trabalho no capitalismo também opera de maneira semelhante. Tem um valor de uso e um valor de troca. Seu valor de uso é intrinsecamente relacionado à utilidade desse trabalho. Mas, como podemos perceber, nem sempre o seu valor de uso corresponde ao valor de troca. Há trabalhos excessivamente remunerados sem que se possa perceber seu valor de uso de maneira tão evidente.

O que queremos mostrar com a análise sobre o valor de uso e o valor de troca é que, quando nos referimos ao ensino profissional, o que está em cheque não é exatamente o valor de troca na formação do profissional. Não são os valores do mercado que ditam a formação do trabalhador.

O valor relacionado ao ensino profissional é a sua utilidade para a vida e não necessariamente os interesses das empresas. A ideia geral que permeia nossa reflexão é que o conceito fundamental com o qual opera o ensino profissional é a noção de trabalho, e não a noção de mercado de trabalho. Ou seja, relacionar o ensino profissional apenas com as demandas do mercado é reduzir bastante a extensão desse tipo de ensino.



O conceito-chave, como já dissemos, não é aquilo que o mercado de trabalho exige, pois, se pensarmos assim, formaríamos trabalhadores apenas segundo os desejos dos patrões. Ensinar um ofício ou técnica, que é, em essência, o que faz o ensino profissional, não deve ser pensado a serviço dos patrões. Se estiver relacionado apenas aos ditames do mercado, o ensino profissional se voltaria para a formação de um trabalhador segundo os moldes dos patrões. Nem sempre essa moldura está relacionada com a construção de uma cidade mais justa e com uma cidadania mais ativa.

Uma sociedade que entende o ensino profissional apenas sob a ótica dos patrões é aquela que transforma o homem numa mera mercadoria. Tal como o filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, em que, num dado momento, o trabalhador age como uma máquina, de maneira totalmente automática e uniforme, a tal ponto que não se pode mais distinguir a máquina do ser humano que a opera.

Figura 6 – *Tempos Modernos*, Charles Chaplin



Fonte: <www.seccsp.org.br>



EXERCÍCIOS

1) Leia o seguinte poema de Carlos Drummond de Andrade:

EU, ETIQUETA

Em minha calça está grudado um nome
 Que não é meu de batismo ou de
 cartório
 Um nome... estranho.
 Meu blusão traz lembrete de bebida
 Que jamais pus na boca, nessa vida,
 Em minha camiseta, a marca de cigarro
 Que não fumo, até hoje não fumei.
 Minhas meias falam de produtos
 Que nunca experimentei
 Mas são comunicados a meus pés.
 Meu tênis é proclama colorido
 De alguma coisa não provada
 Por este provador de longa idade.
 Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
 Minha gravata e cinto e escova e pente,
 Meu copo, minha xícara,
 Minha toalha de banho e sabonete,
 Meu isso, meu aquilo.
 Desde a cabeça ao bico dos sapatos,
 São mensagens,
 Letras falantes,
 Gritos visuais,
 Ordens de uso, abuso, reincidências.
 Costume, hábito, premência,
 Indispensabilidade,
 E fazem de mim homem-anúncio
 itinerante,
 Escravo da matéria anunciada.
 Estou, estou na moda.
 É duro andar na moda, ainda que a
 moda
 Seja negar minha identidade,
 Trocá-la por mil, açambarcando
 Todas as marcas registradas,

Todos os logotipos do mercado.
 Com que inocência demito-me de ser
 Eu que antes era e me sabia
 Tão diverso de outros, tão mim mesmo,
 Ser pensante sentinte e solitário
 Com outros seres diversos e conscientes
 De sua humana, invencível condição.
 Agora sou anúncio
 Ora vulgar ora bizarro.
 Em língua nacional ou em qualquer
 língua
 (Qualquer, principalmente.)
 E nisto me comparo, tiro glória
 De minha anulação.
 Não sou – vê lá – anúncio contratado.
 Eu é que mimosamente pago
 Para anunciar, para vender
 Em bares festas praias pérgulas piscinas,
 E bem à vista exhibo esta etiqueta
 Global no corpo que desiste
 De ser veste e sandália de uma essência
 Tão viva, independente,
 Que moda ou suborno algum a
 compromete.
 Onde terei jogado fora
 Meu gosto e capacidade de escolher,
 Minhas idiosincrasias tão pessoais,
 Tão minhas que no rosto se espelhavam
 E cada gesto, cada olhar
 Cada vinco da roupa
 Sou gravado de forma universal,
 Saio da estamperia, não de casa,
 Da vitrine me tiram, recolocam,
 Objeto pulsante mas objeto
 Que se oferece como signo dos outros



Objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
De ser não eu, mas artigo industrial,
Peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é Coisa.
Eu sou a Coisa, coisamente.

Você acha que de alguma maneira o poema acima está relacionado com os conceitos de ideologia e mais-valia que vimos um pouco antes? Justifique sua resposta.

2) Veja a pintura abaixo, *Focus Group*, da artista chino-americana Diana Ong:

Figura 7 – *Focus Group*, Diana Ong

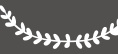


Fonte: Supersotck/Keystone



A obra de Ong visa refletir o conceito de uma sociedade de massas. Pessoas iguais, roupas iguais, rostos iguais. Discuta com seus colegas se de alguma maneira esta obra tem a ver com o conceito de ideologia.

Anotações



The background of the entire page is a reproduction of Michelangelo's famous fresco, 'The Creation of Adam'. It depicts Adam lying on a stone slab, his body stretched out, while God, seated on a rock, reaches out towards him. The scene is set in a dark, stone-walled cave. A large, semi-transparent number '03' is overlaid on the right side of the image, and the word 'CAPÍTULO' is written in white, serif capital letters across the middle. A white L-shaped frame is positioned in the top-left and bottom-left corners.

CAPÍTULO 03

ÉTICA



O que é ética? Essa é uma pergunta aparentemente fácil de responder. Todo mundo tem ao menos uma noção do que seja ética. Sabemos que há uma relação entre ética e os nossos comportamentos, entre ética e a nossa consciência e também entre ética e política. Entretanto, entre intuir o que seja o significado da ética e uma definição mais precisa, percebemos que tal tarefa não é exatamente uma tarefa simples. Isso porque ética é daquelas coisas que todo mundo consegue intuir o que seja, mas que nem todo mundo consegue definir.

Isso acontece porque quando nos referimos à ética, há duas facetas envolvidas, quer dizer, ela pode ser pensada de duas maneiras. Primeiramente, como uma reflexão científica e filosófica sobre os costumes e sobre a ação humana, mas também dizemos ética sobre os hábitos e comportamentos socialmente aceitos que regulam nossa vida. A própria etimologia da palavra ética nos remete a esse significado. No grego, *éthos* significa costume, hábito.

A ética como estudo relativo aos comportamentos e ações humanas surge na Grécia Antiga. Sócrates, filósofo grego que viveu no século V a.C., foi responsável por incluir a preocupação com a ética no escopo das especulações da filosofia.

Sócrates foi considerado o homem mais sábio de seu tempo. De fato, ele tinha um profundo conhecimento sobre ciência, filosofia, religião e tudo mais que ocorria na cultura dos gregos antigos. No entanto, o reconhecimento de sua sabedoria adveio não do fato do volume de conhecimento que Sócrates tinha, mas da seguinte frase proferida por ele: “Sei que nada sei”.

Ao emitir essa sentença, Sócrates reconhece que o sábio não é aquele que acumulou por anos de estudo um volume



gigantesco de conhecimento, mas é, sobretudo, aquele ser curioso que se volta em torno de novos questionamentos, de caminhos que nunca foram percorridos, de novas questões. Ser sábio é reconhecer constantemente sua ignorância e se debruçar em torno do que ainda não foi estudado, do que não foi pensado. Ou seja, ser um sábio é, antes de tudo, não temer navegar em mares nunca antes atravessados, é estar permanentemente disposto a enfrentar a dúvida e reconhecer sua ignorância como propulsora de cada vez mais conhecimento.

Além disso, Sócrates também proferiu outra frase impactante: “Conhece-te a ti mesmo”. Com isso ele quis dizer que o trabalho da filosofia também estava em conhecer a natureza humana, isto é, não basta apenas compreender como funciona o universo e a natureza ao nosso redor. O ser humano, suas ações, seus comportamentos, desejos, pensamentos e modos de vida também são objetos de investigação e reflexão filosófica.

A partir dessa sentença, Sócrates colocou a ética, entendida como investigação sobre as ações humanas, no centro da investigação filosófica. Ou seja, é o ser humano, suas ações, desejos, paixões, virtudes ou defeitos que estão no centro das especulações sobre a ética. Dessa maneira, Sócrates foi responsável por colocar a ética na ordem do dia, como uma ciência fundamental, sem a qual a existência humana seria incompleta e parcial. A ética, assim, está relacionada sobremaneira ao modo como agimos, aos valores que temos de bem e mal, de permitido e de proibido, à conduta correta praticada por nós e por outros membros da sociedade em que vivemos.

Figura 8 – A Morte de Sócrates



Fonte: <www.metmuseum.org>

Ética, nesse sentido, tem duas acepções fundamentais: uma que imprime uma ação humana, a liberdade e as escolhas – tendo como base fundamental o conjunto de autores que ao longo da história do pensamento humano se debruçaram sobre esse assunto – e outra que lida com a ética de uma maneira mais prática e que está ligada aos problemas cotidianos: é quando pensamos a ética aplicada a problemas específicos e nos ocupamos da correta aplicação das normas morais ou vivemos os dilemas éticos.

Porém, essa dupla significação não quer dizer que uma é melhor que a outra, muito menos que uma pode ser analisada sem a outra. Antes de tudo, é preciso pensar a ética como uma reflexão sobre a ação humana e, evidentemente, não podemos pensar a ação humana fora do mundo em que vivemos. Lembrem-se quando falamos de Aristóteles e a sua classificação dos conhecimentos humanos? A ética, como vimos mais acima, faz parte dos conhecimentos práticos, quer dizer, daqueles que



são imprevisíveis justamente porque nós, humanos, também o somos dessa maneira. Assim, quando refletimos sobre a ética, ou quando tentamos defini-la, temos que considerar que esse ramo do conhecimento humano somente pode ser pensado se levado em consideração um tipo de abordagem capaz de dar conta de suas especificidades. Ou seja, não podemos conceber a ética a partir da perspectiva de uma ciência pura, que visa prever os acontecimentos. Isso ocorre porque – quando lidamos com o universo humano – nada pode ser previsível. Estamos no que alguns filósofos chamam de reino da contingência absoluta. Não é possível prever, não é possível pensar em normas fixas, nem num controle rigoroso dos comportamentos e ações.

Ao contrário, é preciso investir nossa capacidade de pensamento de maneira distinta; em vez de ditar normas e leis, compreender o contexto no qual as normas e leis são criadas, instituídas, e também quando se tornam obsoletas. Em outras palavras, ao nos referirmos à ética como algo contingente, queremos dizer com isso que o campo primordial desse tipo de conhecimento é o da eventualidade e incerteza. Porém, a contingência não desqualifica a ética; apenas impõe que o modo de pensá-la seja distinto de outras formas de conhecimento.

Separar ética em reflexão teórica e questões práticas, desse modo, deve ser entendido apenas como uma divisão didática, pois, na vida real, elas não estão assim tão separadas. É preciso, antes de tudo, compreender que ética não é um conhecimento fixo, imóvel ou inerte. Pelo contrário. Como a ética também está mergulhada na vida humana, ela é um conhecimento ativo e mutante. Dessa maneira, podemos dizer que ética está relacionada com nossas escolhas – como nossa liberdade para decidirmos como agir – e com a responsabilidade que essas ações implicam.

Vejamos um exemplo:

Você conhece o pintor holandês Hieronymus Bosch? Ele foi um pintor dos séculos XV e XVI. Muitas de suas obras versavam sobre o tema da tentação humana e do pecado. Ali podemos ver claramente o que estávamos dizendo anteriormente. Vejamos um de seus quadros mais conhecidos, *O Jardim das Delícias*:

Figura 9 – *O Jardim das Delícias*, Hieronymus Bosch



Fonte: <pt.wikipedia.org>

Este quadro ilustra, no primeiro painel, Adão e Eva no dia da criação. No segundo, a tentação carnal, a luxúria e o pecado e, no terceiro, o inferno e seus sofrimentos. O que isso tem a ver com Ética?

Ora, afirmamos que ética está profundamente relacionada com as escolhas humanas. O que faz Bosch neste quadro? Ele mostra que o caminho entre o céu e o inferno é permeado pelas escolhas humanas. Podemos escolher as tentações da carne, diria Bosch, mas qualquer escolha tem consequências.



Ética, então, não é apenas a escolha correta, ou a definição do código de conduta perfeito, ou um estado permanente de perfeição moral. Como o quadro bem nos mostra, a vida humana é, ao contrário, passível de erros e acertos. A qualquer momento podemos nos deixar levar pelas nossas paixões e desejos e recair numa vida como a do painel do meio, isto é, uma vida de devassidão e luxúria. Isso é bom? Muitos comentadores do quadro de Bosch questionam a abordagem moralista do pintor, dizendo que, ao invés de criticar o jardim dos prazeres terrenos, Bosch estaria, na verdade, elogiando-o. Mas isso não podemos saber ao certo.

O que o quadro em geral nos mostra é que nossas ações são mutáveis. Nem sempre optamos por permanecer de mãos dadas com Deus, como no primeiro quadro. Em determinados momentos, recaímos nos desejos mais mundanos. Mas o que não podemos jamais perder de vista é o fato de que as escolhas que fazemos devem ser assumidas com responsabilidade. Ou seja, o segundo quadro de Bosch nos mostra que podemos optar pelos prazeres terrenos. Mas viver uma vida apenas de prazeres também tem as suas consequências, o que – na visão teológica cristã do pintor – é uma recusa do ascetismo divino e a queda na barbárie (ou como no quadro, o inferno).

Ou seja, o Jardim das Delícias nos mostra que ética é um campo do conhecimento relacionado aos nossos hábitos, costumes, valores e comportamentos e também aos nossos sentimentos e paixões, mas estes não devem ser pensados apenas nos termos de um código a ser cumprido. É sobretudo o campo que investiga a relação de nossas escolhas e comportamentos com a moral vigente. É, nesse sentido, um campo dinâmico.



O sociólogo alemão Max Weber nos mostra a importância da ética nas nossas ações corriqueiras. Em 1920, Weber publicou um livro chamado *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (em realidade, este livro foi escrito entre os anos de 1904 e 1905, mas publicado apenas posteriormente). O argumento principal desse trabalho de Weber se baseia na ideia de que a ética dos cristãos protestantes, principalmente os calvinistas – que sempre valorizaram mais o trabalho duro que a riqueza e a ostentação – foi um fator fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nos países anglo-saxões.

Enquanto os católicos valorizavam uma ética da abnegação e do espírito de sacrifício, os calvinistas valorizavam o trabalho duro e a acumulação como meios para atingir o ideal religioso. Esse modo de agir e de se comportar resultou em uma ação mais afinada com os desenvolvimentos econômicos da época, com um capitalismo nascente que, assim como os calvinistas, pregava o trabalho e a acumulação. Ou seja, enquanto os católicos valorizavam um mundo espiritual afastando-se das questões mundanas, os calvinistas entendiam que a ascensão do espírito deveria partir, antes de tudo, da vida mundana, através do trabalho duro.

Dessa maneira, houve um casamento de concepções de mundo semelhantes: a ética dos protestantes e a ética do capitalismo. A presença maciça de protestantes nos países anglo-saxões explica, em parte, segundo Weber, o fato de o capitalismo ter se desenvolvido antes nesses lugares do que nos países latinos de forte tradição católica.

Tal abordagem explica parcialmente, segundo o autor, o fato de termos os países anglo-saxões como os centros mais desenvolvidos do capitalismo hoje. Além disso, a explanação



de Weber ilustra bem a relação entre a ética e os valores morais de um grupo e a formação social de uma nação. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma relação profunda entre os nossos comportamentos morais e a nossa vida social.

Anotações



CAPÍTULO 04

O SUJEITO MORAL



Uma conduta ética depende fundamentalmente do agente moral consciente. A vida humana é constantemente permeada por dilemas éticos. Quando nos deparamos com alguma situação de injustiça, por exemplo, sabemos que uma pessoa com fome roubou para satisfazer sua necessidade fundamental, mas que o dono da mercadoria também dependia dela para viver.

O que fazemos? Denunciamos um miserável porque tinha fome ou acobertamos o ato e prejudicamos o dono da mercadoria? Um pai de família aceita um emprego, mas este trabalho exige que ele seja desonesto. Ele tem filhos que dependem do seu salário. O que fazer nessa situação? Um ente querido apenas sobrevive com a ajuda de aparelhos. Devemos ou não desligá-los? Uma adolescente engravidou e não receberá nenhum tipo de ajuda da família para cuidar do bebê. Ela deverá abortar o seu filho ou não?

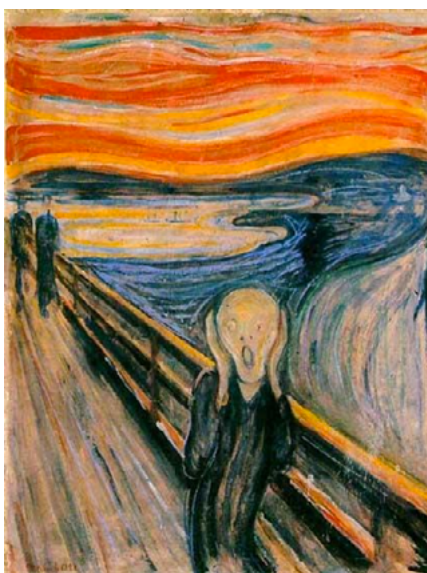


Figura 10 – O Grito, Edvard Munch

Fonte: <pt.wikipedia.org>

Esses exemplos nos mostram dilemas éticos. Eles nos apresentam situações difíceis e geralmente angustiantes. O quadro de Edvard Munch representa o desespero diante da angústia. Um dilema pode ser parecido com o que é expresso neste quadro.

Dilemas éticos são situações que ocorrem ao longo da nossa vida e que colocam em xeque nossos valores e nossa



consciência moral. Apresentam-nos dúvidas sobre quais decisões tomar, exigem que coloquemos à prova nossas crenças mais arraigadas, que sejamos capazes de justificar para nós e para os outros nossas decisões e que assumamos as consequências delas. Ou seja, um dilema moral nos impõe um determinado juízo de valor, avaliando determinadas circunstâncias e situações.

Assim, um dilema ético, quando vivenciado na sua plenitude, pressupõe um agente consciente, quer dizer, um sujeito moral capaz de compreender a diferença entre bem e mal, certo e errado ou proibido e permitido. Um sujeito moral é aquele que possui a capacidade de deliberar diante das alternativas possíveis, escolhendo uma alternativa de maneira consciente.

Segundo Marilena Chauí (1999, p. 337), filósofa brasileira:

[...] a consciência moral manifesta-se, antes de tudo, na capacidade para deliberar diante de alternativas possíveis, decidindo e escolhendo uma delas antes de lançar-se na ação. Tem capacidade para avaliar e pensar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências para si e para os outros, a conformidade entre os meios e fins (empregar meios imorais para alcançar fins morais é impossível), a obrigação de respeitar o estabelecimento ou de transgredi-lo (se o estabelecido for injusto ou imoral).

Assim, ainda segundo Chauí (1999, p. 337-338), para ter consciência ética, é preciso que o sujeito ético preencha determinadas condições. São elas:

- ser consciente de si e dos outros. Com isso, ter capacidade de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos e iguais;
- ser dotado de vontade, isto é, da capacidade para controlar e orientar os desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência)



e da capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;

- ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e consequências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la, bem como as suas consequências, respondendo por elas;
- ser livre, isto é, capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, querer ou fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta.

Assim, um sujeito ético é um sujeito ativo capaz de agir e pensar com responsabilidade, de dar a si mesmo as regras de conduta, de ter o sentido da alteridade, quer dizer, de reconhecer no outro um semelhante e, por isso, tratá-lo como um igual, de não se deixar convencer pela opinião do outro; é um sujeito que responde plenamente por suas ações, julga o que faz e deixa de fazer e se recusa a aplicar a violência a si e aos outros. É um sujeito autônomo, um sujeito capaz de dar a si mesmo suas próprias normas e regras.



CAPÍTULO 05

TEORIAS ÉTICAS



As teorias éticas, como vimos, são muito antigas. Sócrates foi um dos primeiros filósofos a explicar sobre ética. Platão, discípulo e aluno de Sócrates, também escreveu e refletiu sobre o tema. E Aristóteles, que por sua vez foi aluno de Platão, também deixou textos sobre o assunto.

Figura 11 – *A Escola de Atenas*, Rafael Sanzio



Fonte: <pt.wikipedia.org>

Entre os antigos, a ética em geral foi associada à ideia de virtude. Em geral, para os antigos gregos, a virtude pode ser identificada com a sabedoria. Para os gregos, a virtude não é uma característica inata. Ao contrário, ela pode ser aprendida.

No texto *A República*, Platão descreve a famosa alegoria da caverna. Segundo esse texto, Platão diz que o sábio é o único



capaz de se livrar das amarras que o prendem a um mundo de ilusões, dirigir-se para fora da caverna e contemplar a verdade de todas as coisas. O que seria essa verdade para Platão? A ideia de bem. Assim, Platão nos indica que é o “sumo bem” – ou seja, o verdadeiro bem – a essência das coisas. A ética, nesse sentido, é agir segundo esse bem maior.

O mito da caverna é uma das passagens dos textos de Platão mais famosas da história da filosofia. Platão descreve o mito no Livro VII de *A República*. Segundo o mito da caverna, em tempos remotos os homens viviam numa caverna acorrentados atrás de uma fogueira e contemplavam as sombras refletidas pela luz do fogo no fundo da caverna como a verdadeira visão das coisas do mundo até que, em um determinado momento, um homem consegue se desamarrar das correntes e caminha em direção à luz da saída da caverna. Ao sair da caverna, ele percebe que o que sempre imaginou ser a verdade das coisas eram apenas as sombras delas, e não as coisas em si. Essa alegoria foi interpretada de inúmeras maneiras ao longo dos séculos, mas, em geral, os comentadores são unânimes em afirmar que ela nos diz que o conhecimento verdadeiro das coisas reside não naquilo que julgamos conhecer, mas em algo além, fora da caverna, ou da nossa zona de conforto. É preciso buscar incessantemente sair dos grilhões que nos prendem às sombras e procurarmos o conhecimento cada vez mais verdadeiro das coisas.

Já Aristóteles, que foi aluno de Platão, tem uma interpretação um pouco distinta da de seu mestre. Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles nos diz que toda ação humana ocorre segundo algum bem. É justamente a busca pelo bem que difere a ação dos homens da ação dos animais. O maior bem de todos, para Aristóteles, é a felicidade. Porém, a noção de felicidade varia



conforme a pessoa. Para alguns, ser feliz é possuir riquezas; para outros, ter amor, ter honra ou ter fama. Cada um de nós tem uma noção distinta de felicidade. É justamente nesse aspecto que as teorias de Aristóteles são tão interessantes.

Se a felicidade é variável, o que dá sentido e unidade ao fato de termos concepções distintas de felicidade é que, para alcançar o fim que nos faz feliz, temos que realizar escolhas. Ou seja, para encontrar nossa felicidade, usamos a razão para escolher os caminhos que nos fazem mais felizes. Em outras palavras, a ética, para Aristóteles, é também a responsabilidade pelas escolhas que fazemos. E escolhemos segundo nossa razão. Somos diferentes dos outros animais, dizia Aristóteles, porque somos racionais, escolhemos o que fazemos e somos capazes de refletir sobre isso.

Se a finalidade da ação ética é uma ação virtuosa, escolher o sofrimento alheio para alcançar a nossa felicidade não é uma ação ética. Dessa maneira, a ética, para Aristóteles, está sempre relacionada a uma escolha racional, guiada em função da felicidade e que visa uma ação boa, virtuosa.

Para ele, ainda, é o hábito que ensina como agir. Não nascemos sabendo como agir bem, ou virtuosamente. É pelo conjunto de boas ações que vamos tendo ao longo da vida que nos tornamos éticos. Isto é, para Aristóteles, a ética pode ser ensinada e aprendida.

Nesta pintura de 1834, o artista Antal Strohmayer retrata o Jardim dos Filósofos. Podemos perceber nada mais afastado da ideia de prazer, mas como uma vida dedicada ao aprendizado, à contemplação e à ação racional.



Além disso, Aristóteles acrescenta um ingrediente a mais na sua teoria ética. Para ele, a ética não é uma ciência exata. Como é uma ciência humana, ela enfrenta o desafio de que somos seres passionais, e de que nossa alma, em alguns momentos, parece ser irracional. Como controlar as paixões humanas? Segundo nosso filósofo, buscando encontrar sempre a justa medida entre as coisas.

A ação virtuosa não se baseia nem no excesso, nem na falta. É o justo meio, a razão exata entre o excesso e a falta que reside a virtude. Ser corajoso, segundo Aristóteles, não é nem ser demasiadamente desmedido, nem temer demais as situações. É encontrar o justo meio entre a audácia e a covardia.

Assim, nada mais longe da noção de ética dos antigos do que o hedonismo*. A ética entre os gregos era sempre relacionada ao bem, à ação boa e justa, à virtude, à felicidade, ao meio termo ou à justa medida entre as coisas.

Já entre os modernos, a noção de ética e moral muda um pouco. O período moderno traz consigo um período conhecido como Iluminismo (também chamado de Ilustração ou Esclarecimento).

O que é o Iluminismo? O chamado Século das Luzes exalta a capacidade da nossa razão para conhecer o mundo. As luzes são uma alusão ao período medieval, que, segundo os filósofos desse momento, estavam mergulhados num mundo de contemplação espiritual e obscurantismo. Era a vida espiritual, e não a vida mundana, que se considerava importante durante a Idade Média. A ciência baseada na razão era muito pouco valorizada durante esse longo e vasto período. A fé era considerada um valor mais importante que a razão.

*Hedonismo: do grego *hedoné*, prazer.

Segundo o Dicionário Houaiss: “doutrina filosófica que encara o prazer e a felicidade como bem supremo. Dedicção ao prazer como estilo de vida”.



O período do Iluminismo, que tem no século XVIII seu momento áureo, critica a religião, rejeita toda tutela baseada no princípio de autoridade divina e defende ideais como tolerância e autonomia. A ausência de razão pode gerar monstros, tal como no quadro de Goya.

Figura 12 – *O sono da razão produz monstros*, Goya



É nesse contexto que Immanuel Kant escreve sua teoria ética. Segundo o filósofo alemão, toda ação moral depende de um imperativo, ou seja, uma ordem, uma obrigação. Mas – como para os iluministas a ação humana não poderia ser subjugada a outrem que não o próprio sujeito – era preciso, então, que a ação moral fosse regulada não por leis externas, mas pelo próprio sujeito que age. Em outras palavras, é

o próprio sujeito que dá a si mesmo o limite de suas ações. E como ele conhece o limite? Ora, para Kant, qualquer ser racional conhece o seu limite. E como garantir que a lei que vale para mim valha também para todos? Kant (1980, p. 129) responde com as seguintes palavras: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”.

Exemplificando: não roubamos, segundo Kant, porque caso nós aceitássemos o roubo e, conseqüentemente, o enriquecimento



ilegal, haveria uma contradição: se aceitarmos o roubo de todos, ninguém conseguirá manter suas posses. Ou seja, não roubamos porque há algo ou alguém que nos diga que isso é errado. Não roubamos porque, como seres racionais, sabemos que é melhor não roubar de nossos companheiros a fim de manter nossas próprias riquezas. Isso, para Kant, é uma decisão racional. Tal perspectiva fundamenta a construção de uma moral racional e laica. A ética, portanto, segundo a visão kantiana, é um campo de estudo de como processamos racionalmente as nossas escolhas, tendo sempre como ponto de apoio nossa ação em função dos outros. A alteridade é, para Kant, uma parte importante da ação moral.

Já no século XX surge outra maneira de reflexão ética que interroga nossas ações a partir da nossa existência. Jean Paul Sartre, filósofo e escritor, foi um dos maiores expoentes da filosofia chamada existencialista. Segundo Sartre, toda a nossa existência não é fruto de uma vontade divina nem de um destino pré-traçado.

Para ele, o que dita as nossas ações não é de alguma maneira algo que está fora de nós. Sartre diz “a existência precede a essência”. O que isso significa? Para ele, todas as nossas escolhas, decisões e caminhos que vamos atravessando e tomando na vida são produtos de ninguém menos que nós mesmos. A nossa existência é produto da nossa liberdade. Somos assim plenamente responsáveis pelas escolhas que fazemos. Tanto nosso passado, como o presente e o futuro dependem exclusivamente das decisões que tomamos. Sartre dizia: “estamos condenados a ser livres”. Fazemos nossas escolhas por aquilo que nos parece ser o bem naquela circunstância. Em última análise, uma das lições de Sartre é afirmar que o ser humano é inteiramente livre



para decidir os rumos da sua vida e do seu destino. Somos o que queremos, somos o que escolhemos e também podemos permanentemente mudar nossa vida.

Contudo, pode haver limitações à liberdade do homem. É quando, por exemplo, ele não possui todas as capacidades físicas para buscar ser quem ele quer. As limitações físicas nos impõem uma restrição à nossa liberdade de escolha, colocam-nos um número reduzido de opções.

Assim, para Sartre, a ética é profundamente vinculada às escolhas que tomamos e à responsabilidade perante nossas escolhas. Negar a própria liberdade, mesmo que nas condições mais restritas, é cair na mais profunda angústia – como na obra *Quarto de Hotel*, de Edward Hopper, em que a mulher do retrato parece estar envolta na solidão e no seu universo de questões interiores.

Figura 13 – *Quarto de Hotel*, Edward Hopper



Fonte: <www.obviousmag.org>



Diferentemente dos antigos, a ética de Sartre não nos ensina uma vida feliz ou virtuosa. E, também diferentemente de Kant, a ética não é um produto de decisões minuciosamente pensadas e racionais que projetam a nós mesmos na humanidade inteira. A ética é a capacidade que temos de assumir a responsabilidade integral pelos destinos que damos à nossa vida. A ética, dessa maneira, está relacionada à liberdade.

Anotações





CAPÍTULO 06

ÉTICA PROFISSIONAL



A ética profissional é apenas uma parte muito pequena do universo da ética. Como pudemos ver até agora, a ética está relacionada às nossas escolhas, à liberdade que temos para tomá-las e às responsabilidades que assumimos diante delas.

Quando pensamos em ética profissional, nossa primeira referência são os códigos de ética, que existem para orientar o exercício profissional de inúmeras atividades, ou também as normas de conduta da empresa. Há o código de ética dos médicos, dos enfermeiros, dos corretores imobiliários, entre outras tantas profissões, assim como há os códigos de como se comportar, de como se vestir ou de como proceder nas diferentes empresas.

O que nos dizem esses códigos de ética? Geralmente eles nos mostram como devemos ou não devemos proceder no exercício cotidiano da nossa atividade profissional.

São conjuntos de regras, normas e regulamentos nos quais as únicas opções possíveis que restam ao sujeito que precisa segui-los é apenas obedecer ou não obedecer.

Se tomarmos a ética profissional apenas no sentido restrito do que consta ou deixa de constar nos códigos e manuais de ética (ou meramente como a ética da empresa), a capacidade que cada ser humano possui de refletir, de poder tomar decisões com consciência e autonomia, a liberdade sobre nossas ações, e a responsabilidade que pesa sobre nossas escolhas – uma vez que toda escolha que fazemos tem implicações que muitas vezes ultrapassam os limites da nossa vida – recaem no vazio.

Com isso, queremos dizer que a ética profissional exige, antes, que tomemos consciência do que seja ética e do que ela



trata. Assim, para podermos pensar uma ética profissional, é necessário que pensemos antes sobre a ética em geral.

Isso ocorre porque a vida profissional é uma parte da nossa vida, e desse modo, reflete o que somos, como vivemos e o que pensamos. Ninguém é um profissional sem antes ser primeiramente um ser humano. A ética profissional, entendida sobre essa perspectiva, é um reflexo de como encaramos e vivemos a ética na nossa vida cotidiana. A ética profissional, com isso, acompanha um debate maior sobre a ética.

No ensino profissionalizante, a abordagem feita em relação à ética tende a seguir, muitas vezes, a visão da ética profissional. Porém, essa perspectiva é um tanto quanto redutora. Se tivermos apenas essa visão, deixamos de lado a perspectiva de que a ética tem mais a ver com a nossa humanidade do que com o que dita uma determinada empresa ou uma profissão. Adotar apenas essa visão é esquecer que, antes de profissionais, somos cidadãos e, principalmente, seres humanos dotados de capacidade de ação, reflexão e compreensão.

Se tomarmos, por exemplo, a ética empresarial (um conjunto de normas e regulamentos que controlam nossos comportamentos no interior da empresa) e definirmos isso como um padrão de ética geral, então reduzimos nossa vida apenas àquilo que a empresa deseja ou em alguns casos, impõe. Com isso, nosso grau de autonomia em relação à amplitude da nossa vida fica extremamente reduzido.

Se confundimos a ética da empresa ou a ética profissional com a ética em geral, estamos diminuindo, em realidade, nossa liberdade, restringindo nossa responsabilidade perante outras pessoas e adotando um padrão alheio, pronto e pré-determinado. O que é, por exemplo, a violência e o autoritarismo senão o fato



de que são ações que subjagam a vontade de muitos à vontade de apenas um ou à vontade de poucos? O que queremos dizer com isso é que a aceitação passiva nos reduz enquanto seres humanos e, dessa maneira, o ato atenta contra a dignidade humana.

Como vimos, a ética em geral procura compreender como agimos e por que agimos. A ética não busca ditar normas de como devemos ou não agir; ela quer encontrar, ao contrário, os fundamentos da nossa ação, buscar refletir sobre ela. Se todas as normas fossem ditadas previamente e a nós coubesse apenas segui-las, como seria possível transformar as coisas? Os que pensam de modo diferente ou agem de modo diferente seriam criminalizados? Seria essa uma atitude boa?

A ética profissional, ao contrário, depende e muito de nossa conduta na vida em geral. A ética profissional é, em realidade, uma extensão das nossas vidas e da nossa maneira de agir e pensar. Ela está profundamente relacionada com nosso aprendizado técnico-científico, com os conhecimentos específicos e todos os procedimentos de uma dada profissão e também está vinculada com tudo o mais que aprendemos ao longo da vida, seja na escola, com aquisição de cultura; seja também na vida em geral, com a família, amigos, em cultos religiosos etc.

Com isso, queremos dizer que o aprendizado apenas dos ofícios de uma determinada profissão é ainda pouco perante os desafios que a vida profissional nos impõe. É preciso aprender outros saberes a fim de termos cada vez mais recursos para efetuarmos nossa profissão com qualidade.

Por fim, a ética profissional é uma parte de um oceano maior da ética. Tal como a ética, ela pode ser analisada a partir das relações entre a teoria e a prática; na nossa vida cotidiana; no



exercício das nossas escolhas, liberdade, consciência, alteridade; na busca pela realização do bem e da felicidade e nas decisões racionais que tem implicações sobre os outros e que tomamos ao longo da vida. Portanto, não há ética profissional que não esteja vinculada à reflexão sobre a ética. Por isso, devemos relacioná-la a um debate mais amplo.

Anotações



CAPÍTULO 07

ÉTICA E EDUCAÇÃO



Podemos aprender ética ou ela é um dom natural que alguns possuem mais que os outros? Muitos filósofos e pensadores se voltaram para essa questão. Mas tal pergunta também foi feita por psicólogos e educadores. Entre eles, há um muito renomado: o suíço Jean Piaget.

As teorias de Piaget se dedicaram a compreender os processos cognitivos de aprendizado, desde a mais terna infância, ainda bebês, até atingirmos a fase adulta. Piaget observou crianças de diversas faixas etárias por mais de quarenta anos. Desenvolveu uma teoria baseada em estágios de aprendizagem pelos quais cada indivíduo passa ao longo do desenvolvimento cognitivo. Tal ideia, a princípio, buscava compreender os caminhos pelos quais o conhecimento humano vai sendo construído desde a infância. Piaget descreve e organiza quatro estágios fundamentais pelos quais o desenvolvimento cognitivo é construído.

O objetivo de Piaget não foi, se tomarmos suas ideias ao pé da letra, elaborar uma teoria sobre a ética ou algum tipo de explanação filosófica. Contudo, ao pesquisar o desenvolvimento do nosso conhecimento, Piaget também concluiu que o desenvolvimento do senso de moralidade também passa pelos mesmos quatro estágios de todo o processo de conhecimento.

Ou seja, para Piaget o senso moral é algo adquirido ao longo da vida e construído à medida que atravessamos as fases do conhecimento. A ética, segundo esse autor, não é algo inato. Ela pode ser ensinada desde que se respeitem as limitações cognitivas de cada uma das fases. Ou seja, a capacidade de julgamento moral avança progressivamente em estágios sucessivos, os quais a criança vai ultrapassando durante todo seu crescimento.



Vamos apresentar um resumo bem enxuto das fases do conhecimento moral segundo Piaget.

De zero a dois anos, a criança está no estágio sensório-motor. Todo o conhecimento do mundo se dá através da percepção sensorial e do movimento. Do ponto de vista moral, prevalece na criança a anomia, isto é, ela não sabe diferenciar regras de comportamento ou padrões de moralidade. Anomia significa, do grego: a (não); nomos (lei). Portanto, ausência de normas, regulamento ou leis. Nesse estágio, mesmo que tentemos ensinar o certo e o errado para as crianças, esta absorção não será promissora.

Dos dois aos sete anos, a criança entra no estágio intuitivo ou simbólico. A característica mais importante desse estágio é a descoberta dos símbolos e a aprendizagem da fala. Seu aprendizado se dá sempre tendo como base sua própria experiência. Do ponto de vista moral, há ao longo desse estágio as primeiras aceitações de regras e normas, e a criança vai também se tornando mais sociável. Piaget chama essa fase de heteronomia (também do grego: *hetero-*, outro; *-nomia*, de *nomos*, lei). A criança até pode transgredir regras e padrões de comportamentos, mas já possui uma intuição de que, caso desobedeça, haverá sanções. Ainda que a heteronomia seja típica em crianças, para Piaget ela também pode ocorrer em adultos. É quando a pessoa aceita passivamente costumes e tradições temendo a reprovação da sociedade.

Já entre os sete e os doze anos, a criança entra na fase das operações concretas. Nesse período, o aprendizado vai se afastando da percepção e se aproximando de raciocínios mais abstratos e hipotéticos. A criança, nessa fase, já é capaz de interiorizar a ação e as experiências. O pensamento se organiza



de maneira mais coerente, e o discurso começa a ser mais lógico e menos imaginativo. Do ponto de vista moral, essa fase se caracteriza pela absorção das normas da família e da sociedade. É também chamada de socionomia, ou seja, as regras e padrões de comportamento são dadas pelos outros e assimiladas com mais destreza. Embora a criança consiga separar de maneira mais evidente o certo do errado, o desenvolvimento cognitivo e moral ainda não está plenamente encerrado.

Por último, temos o estágio das operações formais, que acontece a partir da adolescência. Para Piaget, é nesse estágio que amadurecem as características da vida adulta. Nessa fase, o pensamento lógico atinge seu grau mais alto. Aqui também é possível a reflexão, o pensamento científico, matemático e filosófico. Essa capacidade de reflexão dá condições para o amadurecimento moral e para a deliberação livre. Do ponto de vista moral, é o estágio da autonomia, ou seja, quando o sujeito é livre para agir e julgar as regras e padrões de comportamento, bem como assumir a responsabilidade sobre seus atos, crenças e opiniões.

Esse estágio é caracterizado pela capacidade de reflexão, discussão, reconhecimento do outro e pelo diálogo recíproco. O comportamento ético nesse estado, chamado de autonomia, assim ocorre porque o sujeito é capaz de estabelecer a si mesmo seus próprios limites e regras. O estágio autônomo, diz Piaget, é o estágio mais alto do comportamento moral a ser alcançado.

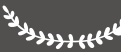
Mas, infelizmente, diz Piaget, nem todos conseguem alcançar autonomia. Embora os estágios de Piaget tenham sido desenvolvidos com vistas a entender o desenvolvimento de crianças, é comum encontrar adultos que de uma forma ou



de outra não se desenvolveram plenamente, isto é, que não alcançaram o estágio da autonomia.

Isso acontece por inúmeros motivos, mas principalmente porque o modelo de educação que Piaget tinha em mente preza pela construção gradativa da autonomia desde os primeiros instantes. Muitas vezes isso não é respeitado ou tido como um pressuposto pelas famílias, pelos sistemas de ensino ou pela sociedade em geral.

Segundo Piaget, para que se alcance a autonomia, é preciso desde antes criar as condições possíveis para esse desenvolvimento. Nem sempre essa tarefa é assumida por completo, gerando – dessa maneira – uma sociedade na qual os indivíduos, infelizmente, não conseguem alcançar e desenvolver todos os seus potenciais. Assim, o que Piaget deseja é um modelo de educação que permita o desenvolvimento integral de cada um, respeitando os limites de cada estágio e conseguindo chegar à meta de uma sociedade formada por indivíduos autônomos.





1) Ouça a música de Chico Buarque de Holanda,
Roda-viva:

RODA-VIVA

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração
A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

A roda da saia, a mulata
Não quer mais rodar, não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou
A gente toma a iniciativa
Viola na rua, a cantar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a viola pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração
O samba, a viola, a roseira
Um dia a fogueira queimou
Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou
No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a saudade pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Rodamoinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

De alguma maneira você acha que esta música se relaciona com os conteúdos que estudamos sobre ética. Qual(is) relação(ões) você vê entre a música e a ética?



Sugestão de filme:
Mar Adentro, Espanha, 2004

Figura 14 – Mar Adentro



Ramón Sampedro (Javier Bardem) é um homem que luta para ter o direito de pôr fim à sua própria vida. Na juventude, ele sofreu um acidente que o deixou tetraplégico e preso a uma cama por 28 anos. Lúcido e extremamente inteligente, Ramón decide lutar na justiça pelo direito de decidir sobre sua própria vida, o que lhe gera problemas com a igreja, a sociedade e até mesmo seus familiares.



CAPÍTULO 08

POLÍTICA



Quando usamos a palavra “política”, ela assume muitos sentidos diferentes. Pode ser a política que acontece no governo, nos partidos políticos, mas também a política econômica do país. Uma pessoa pode ser um político, um movimento de contestação é um movimento político, as eleições são momentos políticos importantes. A política pode assumir um aspecto positivo quando ela traz um bem. É o caso, por exemplo, de políticas sociais ou de movimentos populares.

Contudo, especialmente na nossa sociedade contemporânea, temos por hábito associar a política com alguma coisa negativa, com “politicagem”, violência, corrupção ou má gestão. Política é uma palavra que responde por diversas características e atividades.

Pode ser tanto relacionada com o “fazer política”, quer dizer, com uma atividade profissional que se realiza fora do seio da sociedade, nas instituições e no governo, quanto com mudanças e transformações que ocorrem no cotidiano e na vida coletiva em geral. Tal como a ética, a política também tem duas acepções distintas.

A palavra política vem do grego *pólis*, que significa cidade. Quando pensamos na cidade, inferimos que ela é formada por pessoas, bairros, praças, ruas e também por um governo. A política, em seu sentido original, tem a ver com esse significado. Política não é apenas o governo, mas algo que envolve a sociedade como um todo. A política abarca as pessoas, a cidade, seu governo, seus habitantes e todas as relações que se possam estabelecer entre essas esferas.

Com isso, queremos dizer que política não se reduz apenas à vida institucional, quer dizer, políticas não são apenas as



assembleias legislativas, os governos ou os governantes. Política é, antes de tudo, o campo do conhecimento humano relativo à nossa vida coletiva. Política se relaciona especialmente com coletividade, e coletividade é um aspecto central na vida humana.

Não vivemos sozinhos e, mesmo quando optamos por nos isolar, só podemos fazer isso porque em algum momento estivemos convivendo com outras pessoas. O ser humano não é um ser isolado; é um ser gregário. Em um importante estudo chamado *A Política*, Aristóteles afirma que o ser humano é um animal social, um *Zoon Politikon*. Ou seja, por definição, nascemos em sociedade e convivemos uns com os outros. Essa característica é essencialmente humana e também está na base da política.

Assim, todas as ações que são tomadas coletivamente são ações políticas, e política é algo que, por mais que imaginemos o contrário, está impregnado na nossa vida cotidiana.

Vejamos por exemplo o poema escrito pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht, chamado *O Analfabeto Político*:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.

Com essas palavras, Brecht acentua o caráter não apenas coletivo da política. Ele mostra que as coisas mais corriqueiras



da nossa vida, como o pãozinho que se vende na esquina, estão relacionadas de alguma maneira com as decisões políticas. Entretanto, Brecht mostra também os perigos de não abriremos os olhos para esses elos coletivos que determinam nossas vidas. Ao desqualificarmos a política, diz Brecht, damos espaço para o surgimento dos aproveitadores, dos exploradores e dos corruptos.

Se a política é, por definição, relativa aos nossos laços coletivos cotidianos, quer dizer, à nossa vida em sociedade, por que, então, nos dias de hoje, apenas ouvimos constantemente que ela nos traz mais prejuízos que benefícios?

Em parte, uma resposta possível a essa questão pode ser elaborada a partir da noção de que a nossa sociedade contemporânea dá uma acepção negativa à política justamente para mascarar o fato de que é a política, entendida como atividade coletiva, a força motriz capaz de realizar as transformações de que tanto ouvimos hoje.

É a política o caminho para se transformar a educação, para garantir acesso a um sistema de saúde de qualidade, para garantir emprego com salário justo, direitos sociais, políticos e humanos. Se tomamos como negativas todas as possibilidades que a política nos dá, em certa medida isso significa que deixamos a atividade política nas mãos de outras pessoas. Ao fazer isso, abrimos mão dos nossos direitos e os delegamos para outrem. É justamente aí que surge a figura do político tradicional, o político de carreira.

Esse processo que retira a política do cotidiano das pessoas e a coloca nas mãos de especialistas traz uma forma frequente da política hoje: a apatia política. Ela nada mais é que uma maneira passiva de se fazer política. É também uma forma de diminuir nossos direitos e colocá-los a serviço de interesses alheios que não os nossos.





Assim, queremos dizer com isso que uma das chaves mais importantes para se entender o que é a política é a participação. É participando dos eventos políticos e principalmente das decisões políticas que ressignificamos a política. Ela vai deixando de ser entendida como algo que apenas reside nas mãos de políticos profissionais para algo que pode ser construído e instituído coletivamente, por todos nós.

Mas podemos nos questionar se hoje temos de fato mecanismos de acesso à participação política. Para isso, vale uma passagem sobre a história da democracia, sistema de governo intimamente ligado à ideia de participação.

The background of the top half of the page is a reproduction of the painting 'The French Revolution' by Jacques-Louis David. It depicts a woman, Marianne, representing Liberty, holding a Phrygian cap and a tricolor flag. She is surrounded by revolutionary soldiers with various firearms. The scene is set in a dramatic, cloudy environment.

CAPÍTULO

09

DEMOCRACIA



É lugar comum nos dias de hoje ouvir que vivemos numa democracia. Vez ou outra ouvimos na TV elogios à democracia e críticas aos regimes autoritários e ditatoriais. Mas, afinal, o que é uma democracia?

A democracia é nada mais nada menos que um sistema de governo. Porém, o que faz desse sistema algo absolutamente inovador é o fato de que, ao contrário de outros sistemas de governo, a democracia tem como base a participação de todos na política. Ou seja, numa democracia quem governa são os habitantes de uma cidade, região ou país.

A democracia, como regime de governo, surge na Grécia Antiga, na cidade-estado de Atenas. Tem seu apogeu e queda entre os séculos V e IV a.C. A cidade de Atenas vivia sob um regime oligárquico (oligarquia: governo de poucos). Os oligarcas – na quase totalidade famílias ricas, donas das melhores terras para plantio – frequentemente travavam lutas e disputas entre si, o que ocasionava muitas brigas e alternância de poder. No ano de 594 a.C., Sólon, um jurista aristocrata de Atenas, criou leis válidas para todos os membros da cidade, independentemente da classe social de origem, e que não poderiam ser violadas pelas oligarquias. Seu objetivo era diminuir as disputas internas pelo poder.

Após Sólon, Clístenes, outro legislador também oriundo da aristocracia ateniense, aprofundou as leis instituídas por Sólon. Ele reordena o espaço da cidade e organiza os demos, mas o que são os demos? Eram unidades territoriais básicas. Clístenes criou 30 demos em Atenas e em cada um deles eram sorteados indivíduos que iriam compor os diversos conselhos, os quais, por sua vez, seriam responsáveis pela administração da cidade, encarregados da criação e execução das leis. Clístenes criou as



duas instituições políticas mais importantes de Atenas: a *boulé* e a *ekklésia*. A *boulé* era um tribunal e um conselho formado por 500 cidadãos sorteados nos demos, e era responsável pelos assuntos cotidianos da cidade. A *ekklésia* era a assembleia geral de todos os cidadãos da cidade (ou pólis).

Por que as mudanças instituídas por Sólon e Clístenes foram tão importantes? Ora, porque suas reformas deram as bases para o que hoje chamamos de democracia: demos (as unidades territoriais instituídas por Clístenes) e cracia (poder). Com Sólon, temos um valor democrático fundamental: a igualdade de todos perante a lei independentemente da classe social; e, com Clístenes, outro valor: a participação política.

Quem de fato governava Atenas após as reformas de Sólon e Clístenes? Os seus habitantes. Não havia um rei, um sacerdote ou um faraó que tivesse o direito divino ao governo. Quem governava Atenas eram seus próprios habitantes, que participavam da *boulé* e da *ekklésia*. A vida política após as reformas de Sólon e Clístenes passou a ter um caráter igualitário: todos os cidadãos, independentemente da classe social ou da religião, tinham acesso às decisões. Na *ekklésia*, podia participar qualquer cidadão filho de pai e mãe ateniense, do sexo masculino, com mais de 25 anos e que não fosse escravo. O direito à palavra e ao voto eram iguais. As decisões eram tomadas coletivamente com base no debate público.

Na *boulé*, o sistema de sorteio garantia a participação equitativa de todos nas instituições e, além disso, permitia que as leis fossem algo de conhecimento público. Na *ekklésia*, as leis eram criadas pelo debate público e isonômico. Na *boulé*, as leis ainda eram aplicadas por qualquer cidadão, independentemente da sua origem social. Ou seja, na democracia grega não havia





nem alguém com direitos especiais ao poder, como nos regimes teocráticos, por exemplo, nem a figura do especialista em política – um sujeito que obtém um cargo público pelo estudo ou mérito e que detém o poder de decisão sobre uma área específica. Tanto a produção como a aplicação das leis eram igualmente acessíveis a todo mundo.

Em realidade, a etimologia do termo democracia, que ficou conhecido por “governo do povo”, remete ao governo dos demos criado a partir das reformas de Sólon e Clístenes.

Por que esse modelo grego é tão importante? Porque pela primeira vez na história da humanidade uma cidade inteira foi governada apenas pelos que nela habitavam, pelos que tinham em mãos todos os poderes para decidir por si mesmos, seu próprio futuro. Para entendermos melhor a originalidade das mudanças trazidas por Clístenes, vamos comparar a etimologia da palavra *democracia* com as de outros três regimes políticos: oligarquia, aristocracia e monarquia. Tanto a monarquia como a aristocracia e a oligarquia são derivadas do termo grego *arkhé*, que significa governo.

- **Monarquia** é o governo de um só (*monos*: um; *arkhé*: governo).
- **Aristocracia** é o governo dos melhores (*aristoi*: melhores, excelentes; *arkhé*: governo).
- **Oligarquia** é o governo de poucos (*oligoi*: poucos, alguns; *arkhé*: governo).

Em democracia, a palavra escolhida foi *kratos*, que significa força, poder, senhorio, e não designa governo. Ou seja, não é apenas o governo do povo, mas a força e o poder do povo. Em



outras palavras, a democracia significa a própria soberania dos cidadãos.

Contudo, a democracia ateniense tem algumas especificidades. Ainda que não houvesse diferenças entre pobres e ricos e todos tivessem igual direito à palavra e ao voto, apenas podiam participar das assembleias os cidadãos de Atenas. A questão é que nem todos os habitantes da cidade eram cidadãos. As mulheres, os escravos e os estrangeiros – que formavam a grande maioria da cidade – eram vetados de participar nas assembleias. Atenas era uma cidade litorânea que tinha um dos mais movimentados portos do mundo antigo. O comércio era uma atividade fundamental na vida econômica. Lá viviam muitos estrangeiros que não tinham acesso às decisões públicas, ainda que elas fossem pertinentes a eles.

Já os escravos, aqueles que de fato trabalhavam para que a vida econômica da cidade funcionasse, eram excluídos de qualquer participação na vida política. O escravo era sequer considerado uma pessoa; era apenas um instrumento de trabalho.

Quanto às mulheres, ainda que gozassem de pequenas liberdades, suas vidas eram restritas ao interior dos lares, desempenhando os papéis de esposas e mães.

Excluindo os estrangeiros, escravos e mulheres do processo democrático de Atenas, os aptos a participarem das decisões públicas somavam em torno de 30% dos habitantes da cidade.

A segunda característica da democracia ateniense era que ela funcionava de maneira direta e participativa. Diferentemente de hoje, em que elegemos representantes, as decisões em Atenas eram tomadas diretamente pelo voto popular e pelo diálogo público.





Os valores que permeavam a democracia em Atenas foram descritos pelo general ateniense Péricles da seguinte maneira num discurso proferido no funeral em que a cidade enterrou os soldados mortos numa batalha:

Sabemos conciliar o gosto pelo belo com a simplicidade e o gosto pelos estudos com a coragem. Usamos a riqueza para a ação e não para uma vã exibição em palavras. Entre nós, não é desonroso admitir a pobreza; mas não tentar evitá-la. Os mesmos homens podem dedicar-se aos seus negócios particulares e aos do Estado; os simples artesãos podem entender suficientemente das questões políticas. Somente nós consideramos quem delas não participa um inútil, e não um ocioso. É por nós mesmos que decidimos os negócios da cidade e deles temos uma ideia exata: para nós, a palavra não é nociva à ação; o que é nocivo é não informar-se pela palavra antes de lançar-se à ação. [...] Digo que nossa cidade, no seu todo, é a escola de toda a Hélade.

Mais à frente:

Nossa constituição nada tem a invejar dos outros: é modelo e não imita. Chama-se democracia porque age para o maior número e não para uma minoria. Todos participam dela igualmente das leis concernentes aos assuntos públicos; é apenas a excelência de cada um que institui distinções e as honras são feitas ao mérito e não à riqueza. Nem a pobreza nem a obscuridade impedem um cidadão capaz de servir à cidade. Livres no que respeita à vida pública, livres também o somos nas relações cotidianas. Cada um pode dedicar-se ao que lhe dá prazer sem incorrer em censura, desde que não cause danos. Apesar dessa tolerância na vida privada, nós nos esforçamos para nada fazer contra a lei em nossa vida pública. Permanecemos submetidos aos magistrados e às leis, sobretudo àquelas que protegem contra a injustiça e às que, por não serem escritas, nem por isso trazem menos vergonha aos que as transgridem. (apud CHAUI, 2001, p. 135).



Figura 15 – *Século de Péricles*, 1853, Philipp von Foltz.



Fonte: <www2.uol.com.br>

Péricles traduz, nesse discurso, os valores que até hoje permeiam a vida democrática: igualdade perante às leis; direito à liberdade de pensamento, à liberdade de opinião e ação; e participação igualitária na vida pública.

A ágora, um espaço livre no meio da cidade semelhante a uma praça pública, era o local onde os cidadãos se reuniam para o debate na Atenas antiga.

Porém, a democracia ateniense foi uma experiência curta na história. Entre sua criação, apogeu e queda, transcorreram pouco mais de 100 anos. A própria democracia entrou em estágio de latência e por muitos séculos foi apenas uma longínqua lembrança dos antigos.

Durante muitos séculos, o regime político que imperou foi a monarquia, especialmente durante a Idade Média. Com o declínio da Idade Média, a retomada de algumas ideias do



mundo antigo abriram caminho para que muitos pensadores fizessem uma releitura da experiência democrática grega.

Mas é preciso lembrar que o vácuo em relação à democracia, que atravessou mais de mil anos, fez com que muitos autores lessem a experiência ateniense segundo os dilemas e questões de sua época. A democracia que renasce na modernidade surge com outra forma e outro *modus operandi*.

Uma das principais diferenças entre a democracia dos antigos e a dos modernos advém da relação de escala e representação.

Como vimos mais acima, a experiência antiga, ainda que fosse inovadora do ponto de vista político, era uma democracia excludente. Dela não participava a grande maioria dos habitantes de Atenas: mulheres, escravos e estrangeiros. Na modernidade, há uma inclusão maior dos atores políticos. São considerados cidadãos todos aqueles nascidos num determinado território, independentemente do sexo ou condição social. Ou seja, houve uma ampliação dos participantes na democracia, a escala de democracia começou a ficar mais ampla.

Muitos autores definem que, justamente por causa da ampliação do alcance da democracia, começaram a surgir, por outro lado, mecanismos de representação democráticos. O fato é que, a reconstrução da democracia na modernidade foi, diferentemente da experiência grega, longa, permeada por diversos autores, obras e experiências políticas e veio, ao longo dos séculos, desenhando-se como o regime político de maior alcance já visto na história da humanidade.

A representação política, a ampliação de direitos a grupos sociais até então excluídos e a criação do Estado-nação foram



os principais ingredientes que influenciaram na releitura da experiência democrática grega.

Porém, é preciso lembrar que essa viragem não aconteceu de maneira tão rápida nem a partir de um conjunto de transformações nas leis, como em Atenas. A democracia moderna foi paulatinamente sendo construída e todo esse processo levou muitos séculos. Além disso, não foi obra de um autor ou de um pequeno grupo de autores. Foi uma construção teórica e prática que envolveu filósofos, mas que também foi travada em lutas e conquistas sociais, que acompanhou as transformações do mundo desde o Renascimento até os dias de hoje.

Assim, se pudermos estabelecer pontos de ligação entre a democracia antiga e a moderna, de uma maneira esquemática, podemos ter:

- tanto na democracia antiga quanto na democracia moderna, o fundamento do governo reside na coletividade, e não num suposto direito divino para o governo;
- em uma e em outra prevalecem as ideias de igualdade de direitos, isonomia diante da lei e direito igual à fala ou à liberdade de expressão;
- a participação livre e igual, seja em assembleias democráticas ou também em votações eleitorais, é o fator que confere legitimidade ao poder.

Muito se tem debatido sobre os fundamentos e as principais características da democracia. O fato é que nossas democracias contemporâneas são muito distantes da democracia antiga. Hoje temos um imbricado sistema eleitoral que regula o funcionamento da vida democrática e uma complexa teia de instituições que garantem o seu cumprimento.





Cada vez mais as democracias contemporâneas criam em cada país um sistema de funcionamento próprio. Compreender como funcionam as instituições, qual o papel que elas desempenham e principalmente como se dão as disputas e as aprovações democráticas é algo fundamental para a vida democrática de um país. Em muitos países, a educação para a cidadania – o ensino de como funcionam as instituições e de como se dá a vida democrática – é algo obrigatório nas escolas.

Figura 16 – *A Liberdade guiando o povo*, 1830, Eugène Delacroix.



Fonte: <pt.wikipedia.org>

No Brasil, infelizmente, essa não é a realidade. O filósofo alemão Karl Marx, que estudamos na primeira unidade dessa apostila, descreveu, ainda no século XIX, uma teoria sobre o funcionamento do Estado. Embora não esteja se referindo ao contexto brasileiro, essa teoria pode ser um interessante instrumento de análise da nossa realidade.

Segundo Marx, a sociedade contemporânea, sob o capitalismo, é dividida em duas classes: uma que domina porque



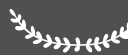
detém os meios para a produção material, chamada de classe dominante; e outra que, como vimos, não tem alternativa de sobrevivência a não ser vender o seu trabalho para essa classe dominante. Esta última é chamada de classe trabalhadora, ou proletariado.

O Estado deveria ser uma instituição livre e igual, uma vez que o funcionamento da democracia exige esses pressupostos. No entanto, o que percebemos, se olharmos de perto, é que a classe social que domina o poder no Estado é também a mesma classe que domina as relações na produção: a classe dominante.

Ora, se é a classe dominante que detém o poder do Estado, e se pelo regime democrático a classe trabalhadora deveria ter o mesmo direito ao poder que a classe dominante, então como pode funcionar um Estado democrático numa sociedade de classes? A resposta é simples: a classe dominante criou um aparato de poder complicado, difícil de ser acessado e de difícil compreensão justamente para dificultar o acesso dos trabalhadores ao poder e, assim, poder governar a seu bel-prazer sem que houvesse ameaças.

Em outras palavras, o Estado ficou cada vez mais complexo, burocrático e menos participativo, porque não é interessante para aqueles que estão no poder dividi-lo com os que estão embaixo. É uma estratégia de manutenção do poder.

No Brasil, infelizmente, reproduzimos – mesmo que com uma aparência distinta – uma estrutura social que é herdeira da colonização; a classe dominante vem se reproduzindo no poder há 500 anos. As classes populares, mesmo que tenham sido realizados alguns avanços, ainda não ditam as regras no país.





Deixar as classes populares cada vez mais longe do coração do poder e do Estado é, de certa maneira, uma estratégia que vem sendo usada para garantir a manutenção do poder nas mãos de poucos. Em certo sentido, é por isso que temos, no Brasil, a sensação de que o poder é muito complicado, muito distante e muito difícil de ser acessado. Em realidade, há uma política deliberada que procura afastar cada vez mais o povo do seio do poder, política essa fruto de uma classe dominante que usa o poder do Estado para os seus próprios fins.

Compreender os mecanismos de funcionamento do Estado no Brasil não é, por isso, apenas um ganho em cidadania, mas também um passo fundamental para se transformar a realidade do nosso país. Vejamos como isso se dá.

Figura 17 – *Quarto estado*, 1898-1901, Guiseppe Pelizza da Volpedo



Fonte: <xandrufernandez.wordpress.com>



CAPÍTULO 10

E O BRASIL?



Ao abordarmos o Brasil, vamos primeiro buscar entender como funcionam nossas instituições. Em geral, os brasileiros tendem muito a criticar nossas instituições e cobrar melhorias constantes nos serviços públicos. É evidente que tais cobranças são, além de justas, legítimas. Contudo, padecemos de um baixo conhecimento das nossas instituições e do seu funcionamento.

Isso pode ser explicado, como vimos, por um projeto deliberado das elites em afastar as classes populares do poder. Mas, por outro lado, a Constituição Federal de 1988, que é a lei máxima do nosso país, prevê alguns canais de abertura política que infelizmente são pouco conhecidos. Nosso objetivo, nesse primeiro momento, é explicar e demonstrar como funciona a vida institucional do Brasil, para que qualquer um possa conhecer e de fato acessar os canais da nossa vida institucional.

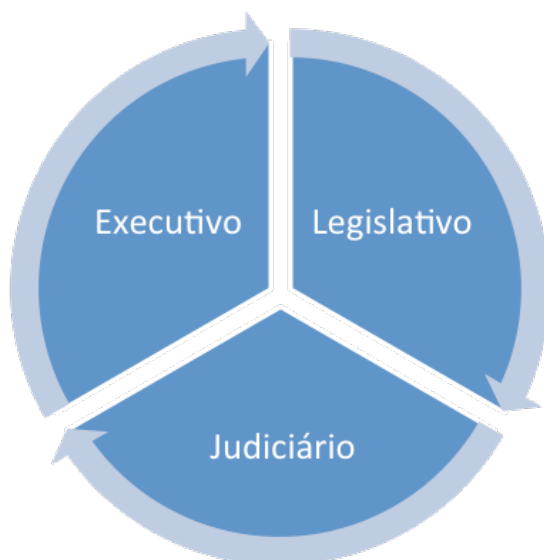
O Brasil é uma República Federativa Presidencialista formada pela União, Estados e Municípios, em que o exercício do poder é atribuído a órgãos distintos e independentes, submetidos a um sistema de controle para garantir o cumprimento das leis e da Constituição.

É uma República porque o chefe de estado é eleito pelo povo, por período de tempo determinado. É Presidencialista porque o presidente da República é chefe de estado e também chefe de governo. É Federativa porque os Estados têm autonomia política.

A União está dividida em três poderes independentes e harmônicos entre si. São eles o Poder Legislativo, que elabora leis; o Poder Executivo, que atua na execução de programas ou prestação de serviço público; e o Poder Judiciário, que soluciona conflitos entre os cidadãos, as entidades e o Estado.



Infográfico 1 – Três poderes



Além disso, o Brasil tem um sistema político pluripartidário, ou seja, admite a formação legal de vários partidos. O partido político é uma associação voluntária de pessoas que compartilham os mesmos ideais, interesses, objetivos e doutrinas políticas, que tem como finalidade influenciar e fazer parte do poder político.

O poder executivo atua para colocar em prática as ações propostas por um governo e também para garantir a prestação de serviços públicos essenciais. As políticas públicas são o elemento essencial que faz o Estado funcionar e atender os cidadãos. A formulação, implantação e o acompanhamento das políticas públicas de nível federal estão a cargo dos Ministérios, Secretarias Especiais, Autarquias, Agências Reguladoras e Conselhos. O Presidente da República pode, por meio de lei especial, criar e modificar a estrutura da administração pública e extinguir ministérios, secretarias e demais órgãos.



Os Ministérios integram a cúpula administrativa e são diretamente subordinados ao Presidente da República, auxiliando no exercício do Poder Executivo. Os titulares dessa pasta são escolhidos pelo Presidente da República e possuem autonomia técnica, financeira e administrativa para executar as ações nas suas áreas de competência.

Também cabe a eles estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais.

Há também as Secretarias Especiais. Sua atuação no âmbito do governo federal está relacionada a um princípio consagrado pela Constituição de 1988: o da participação social como forma de afirmação da democracia. Ao construírem espaços capazes de incorporar as pautas e os interesses dos mais diversos setores da sociedade na elaboração das políticas públicas, as secretarias estimulam o compartilhamento das responsabilidades entre Estado e sociedade.

Outra entidade importante são os Conselhos. Um dos efeitos do reconhecimento dos direitos sociais, no âmbito da Constituição de 1988, foi o fortalecimento dos conselhos de gestão de políticas públicas. Cabe a eles propor diretrizes, tomar decisões relacionadas às políticas ou cuidar da gestão de programas. São formados por entidades da sociedade civil e por representantes do governo.

Por último, temos as Agências Reguladoras. Foram criadas nos anos 90 com a finalidade de fiscalizar a prestação de serviços públicos praticada pela iniciativa privada; funcionam tanto como órgãos direta ou indiretamente ligados à administração.



Assim, em relação às políticas públicas, no nível federal, temos o seguinte infográfico:

Infográfico 2 - As políticas públicas e o Estado



No entanto, a administração pública é também formada por outros órgãos. Podemos dividir a administração pública de duas maneiras: direta e indireta. A administração direta é aquela relacionada a órgãos diretamente ligados ao Estado, isto é, é aquela parte da administração executada diretamente por competência do Estado. São, por exemplo, os Ministérios.

Já a administração pública indireta é composta por órgãos com autonomia jurídica própria. Sua finalidade é desempenhar as atividades administrativas de maneira descentralizada. São as Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas.

Em relação ao funcionamento do Poder Legislativo, ele é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. As duas casas juntas formam o Congresso Nacional. Cada uma das





casas legislativas tem como princípio representar a Federação de duas maneiras distintas: pelas unidades da Federação, independentemente do tamanho e da população, e pelo número de habitantes. Assim, o Senado possui três representantes com mandato de oito anos para cada unidade da Federação, enquanto a Câmara possui representação que varia de acordo com a população dos Estados e do Distrito Federal, sendo o mínimo de oito e o máximo de 70 deputados.

A principal função do Senado é propor, debater e aprovar leis de interesse do país.

Já a Câmara dos Deputados debate a aprovação de leis de diversos temas, além de fiscalizar os recursos arrecadados pelo Estado através dos impostos pagos pela população.

É também competência do Congresso Nacional verificar a aplicação dos recursos públicos, principalmente se está ocorrendo de acordo com a lei.

A Câmara dos Deputados funciona da seguinte maneira:

- **Mesa Diretora:** tem como tarefa dirigir os trabalhos legislativos e os serviços administrativos da Câmara;
- **Plenário:** é o órgão máximo da Câmara. É lá que ocorrem as decisões e os debates;
- **Comissões:** são órgãos auxiliares do processo legislativo; dão apreciação técnica às matérias sob deliberação. As Comissões podem ser permanentes ou temporárias. Segundo o Regimento Interno da Câmara, artigo 22, a finalidade das Comissões é apreciar os assuntos e proposições submetidos ao seu exame, e também deliberar sobre eles, além de acompanhar e fiscalizar os planos e programas do governo. As Comissões Temporárias são criadas para apreciar um dado tema e se extinguem na medida em que alcançam seu fim.



Uma das Comissões da Câmara dos Deputados é figura frequente nos noticiários: a Comissão Parlamentar de Inquérito, ou a CPI. Sua finalidade é investigar determinado fato que tenha relevante interesse para a vida pública e a ordem jurídica, econômica e social do país.

As leis debatidas e deliberadas no Congresso são:

- **Propostas de Emenda à Constituição:** propõem alterações no texto original da Constituição Federal;
- **Projeto de Lei Ordinária:** são leis gerais ou comuns. Elas precisam de sanção do Presidente da República para ser transformadas em lei;
- **Medidas Provisórias:** são normas temporárias que têm força de lei. São emitidas pela Presidência da República, mas apenas se convertem em lei após a aprovação pelo Congresso;
- **Leis Delegadas:** são aquelas emitidas pelo Presidente da República, mas apenas mediante permissão do Poder Legislativo.

Compete também ao Congresso Nacional verificar se a aplicação dos recursos públicos ocorre de acordo com a lei. Para isso, o órgão conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), responsável por fiscalizar as contas do governo. O Congresso Nacional pode exigir esclarecimentos de qualquer pessoa que gere receitas, bens e valores.

O último dos três poderes, o Poder Judiciário, é o único dos três que não é eleito pelo povo. Seus servidores são servidores de carreira aprovados em concurso público ou por indicação do Presidente da República, como no caso do Supremo Tribunal Federal e também do Superior Tribunal de Justiça.





A função do Judiciário é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais além de buscar solucionar conflitos entre os cidadãos, as entidades e o Estado. Por causa disso, o judiciário tem autonomia administrativa e também financeira garantidas pela Constituição Federal.

São órgãos do Sistema Judiciário:

- **Supremo Tribunal Federal:** é o órgão máximo do judiciário brasileiro. Sua principal função é zelar pelo cumprimento da Constituição e dar a palavra final às questões que envolvam as leis constitucionais. É composto por 11 Ministros indicados pela Presidência da República e aprovados pelo Senado Federal;
- **Superior Tribunal de Justiça:** está abaixo do STF. Sua principal missão é fazer uma interpretação uniforme da legislação federal. É composto por 33 ministros nomeados pelo Presidente da República e escolhidos por uma lista tríplice elaborada pela própria corte. Para ser ministro do STJ, também é preciso ser aprovado pelo Senado Federal. O STJ julga causas de relevância que envolvam governadores, desembargadores e juízes de outros tribunais menores.

Além dos tribunais superiores, o Sistema Judiciário Federal é composto também pela Justiça Federal Comum e pela Justiça Especializada (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar).

Nos âmbitos estadual e municipal, os três poderes também atuam. Temos Governadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, Vereadores, além dos órgãos locais do judiciário. Em relação ao judiciário estadual, cada Estado tem competência para se organizar da maneira que melhor lhe convier, com juizados cíveis



e criminais, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar.

O desenho institucional do Estado Brasileiro pode ser encontrado na Constituição Federal de 1988. Essa Constituição, fruto de uma conquista popular das demandas por redemocratização após o período da ditadura militar, prevê ainda – além de normatizar as nossas instituições em linhas gerais – mecanismos de participação popular. Em certa medida, a Constituição de 1988 consagrou a participação social como instrumento político importante e legítimo, mesmo que as formas como isso tenha se dado sejam, infelizmente, extremamente tímidas. Os Conselhos são um exemplo disso. São entidades que, como vimos, pertencem aos órgãos executivos, dos quais fazem parte associações da sociedade civil ou qualquer cidadão, desde que convidado para integrá-los. Em geral, esse convite se dá pela competência técnica no assunto.

Além dos Conselhos, há também as Conferências Nacionais. As Conferências são encontros nacionais temáticos com ampla participação da sociedade civil. Seu objetivo é promover um grande debate com visões distintas com o objetivo de que, ao final, seja votado pelos participantes um texto definitivo, que poderá ser encaminhado para a formulação das políticas públicas.

No contexto brasileiro, a participação política dos cidadãos – ao contrário do que acontecia na Grécia Antiga, em que os cidadãos decidiam tudo por eles mesmos – pode ser definida segundo o que rege a Constituição de três maneiras: pelo voto, pelos conselhos e pelas conferências nacionais.

Os movimentos sociais e os protestos são apenas formas de pressão, e não mecanismos de se elaborar políticas públicas. São importantes na medida em que indicam um termômetro dos





rumos tomados por um determinado governo. Mas, efetivamente, mesmo que tenham organização, consistência e coerência impecáveis, não são nada além de modos de tencionar os governos na tentativa de obter as demandas atendidas.

O Estado Brasileiro, como vimos, possui um desenho institucional que visa atender as necessidades da população: eleições periódicas e democráticas, instituições fortes e atuantes, poderes repartidos e operando em harmonia, mecanismos de participação política. No entanto, por que, quando nos deparamos com as políticas públicas, temos a sensação de que algo vai muito errado? Por que, no Brasil, o Estado parece sempre estar incompleto, ser ineficiente ou ausente? O que acontece com as políticas públicas no nosso país?

Figura 18 – *Operários*, 1933, Tarsila do Amaral.



Fonte: <www.musicaartesanal.com.br>



CAPÍTULO

11

**POLÍTICA, HISTÓRIA E
CIDADANIA NO BRASIL**



Uma **Constituição**, por mais perfeita que seja, não pode estar desvinculada da cultura e da história de um povo.

No Brasil, nossa cultura e nossa história estão profundamente atreladas às experiências que vivemos desde a chegada dos portugueses no Brasil.

Essa história foi, na sua imensa maioria, uma história de brutalidade, exploração e violência. O Brasil colonial, escravocrata (fomos o último país do mundo a abolir a escravidão), fundamentado em relações hierárquicas de poder construídas na base do mandonismo e submissão, deixou um legado tanto histórico como cultural.

Assim como o passado e a infância de um indivíduo podem determinar a construção da sua personalidade no presente, um processo semelhante ocorre com um país. Nosso legado não rima com a construção de uma democracia e de uma cidadania baseada na conquista de direitos plenos.

Quando nos referimos à cidadania, devemos lembrar que a sua construção é um processo histórico, que cada país vivencia isso de maneiras distintas, e que nem sempre tal experiência segue uma linha reta.

As relações hierárquicas de poder tradicionalmente existentes no Brasil subjagam o outro como ser pensante. Lembrem-se de quando dissemos que o reconhecimento do outro, a alteridade, era um elemento fundamental para a ética? No Brasil, em grande medida por causa da escravidão, as relações de poder foram construídas sem que houvesse o reconhecimento de uma das partes como um semelhante. Na relação entre a casa grande e a senzala, o escravo não era considerado uma pessoa; a relação se dava entre “coisa” e pessoa.



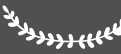
Tal tipo de relação que desumaniza o outro, que impede de encontrar um interlocutor capaz, habilitado, à altura, produz uma relação cujo fundamento se dá verticalmente, de cima para baixo. As ideias, as visões de mundo, as vontades e a sociabilidade se dão apenas a partir do olhar de quem se reconhece. No caso da relação hierárquica, apenas quem está no topo, e nunca quem está na base, é compreendido como sujeito.

Dessa maneira, não conseguimos conviver com aquele que não é um mero semelhante. No Brasil, um país forjado na ausência de reconhecimento da alteridade, a relação que impera é a de um grupo social que tradicionalmente esteve no poder. Quem são essas pessoas? A elite – em geral muito rica, branca e dona das riquezas da nação.

Não podemos nos esquecer que o Brasil carrega o triste título de país mais desigual do mundo e que o Estado, mesmo com algumas melhorias ocorridas nos últimos anos, não foi impulsionador de mudanças.

Como destaca José Murilo de Carvalho (2012), a história da cidadania no Brasil ainda tem um longo caminho. Os direitos foram, em geral, conquistas históricas dos povos e, muitas vezes, tais batalhas duraram séculos.

Quando nos referimos a direitos, tradicionalmente os classificamos em três grandes blocos: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Por direitos civis, entende-se o conjunto de direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Eles têm como desdobramento a liberdade de ir e vir, a liberdade de pensamento, de se organizar, de não ser preso a não ser pela autoridade competente, de acordo com as leis. São aqueles direitos pertinentes às liberdades individuais. Seu objetivo é





salvaguardar o sujeito da intervenção de um estado ou ordem social que o ameace.

Já os direitos políticos referem-se à participação dos cidadãos no governo e na sociedade. Consistem nos direitos de votar e ser votado, de se organizar politicamente. São um conjunto de direitos que conferem legitimidade à organização da política. A essência dos direitos políticos é a ideia de autogoverno. Para que os direitos políticos existam, os direitos civis precisam, necessariamente, ser garantidos.

Por último, temos os direitos sociais. Se direitos civis garantem a vida em sociedade e os direitos políticos garantem a participação da sociedade no governo, os direitos sociais garantem participação na riqueza coletiva. São os direitos ao trabalho, educação, saúde, lazer, cultura, salário justo etc. Para que tais direitos sejam garantidos, é necessária uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Os direitos sociais permitem reduzir as desigualdades e garantem um mínimo de bem-estar para todos.

Além disso, há um direito social fundamental que garante o acesso a todos os outros: a educação. Uma educação precária ou a ausência de uma população educada têm sido sempre alguns dos obstáculos mais difíceis para a construção da cidadania plena.

Com isso, é preciso lembrar que, no Brasil, a educação – assim como diversos direitos civis, políticos e principalmente sociais – vem sendo constantemente desprestigiada e desrespeitada. No entanto, construí-los é parte de um projeto coletivo da nação que queremos. E o caminho dessa construção é a política, a participação, o espaço público, o debate e o embate de opiniões e ideias. Portanto, mãos à obra!



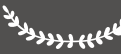
EXERCÍCIOS

1) Veja o quadro abaixo, *Os Retirantes*, de Candido Portinari, e leia o poema *A flor e a Náusea*, de Carlos Drummond de Andrade:

Figura 19 – *Os Retirantes*, 1944, Portinari



Fonte: <www.virusdaarte.net>





A FLOR E A NÁUSEA

Preso à minha classe e a algumas
roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-
me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?

Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa
justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus
poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.

Em vão me tento explicar, os muros são
surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e
códigos.
O sol consola os doentes e não os
renova.
As coisas. Que tristes são as coisas,
consideradas sem ênfase.

Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
E soletram o mundo, sabendo que o
perdem.

Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.

Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em
casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.

Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam
anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de
aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os
negócios,
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às
cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma
insegura.
Do lado das montanhas, nuvens
maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no
mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto,
o tédio, o nojo e o ódio.

Como podemos estabelecer um país mais justo, igual e
com uma cultura cidadã sólida? Quais são nossos dilemas, e
como podemos enfrentá-los? Pense sobre isso.

Bibliografia

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

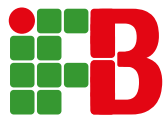
_____. **Introdução à história da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GALLO, Sílvio. **Ética e cidadania**: caminhos da Filosofia. Campinas: Papirus, 2003.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. **Curso de Filosofia política**: do nascimento da Filosofia a Kant. São Paulo: Atlas, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

EDITORA



Esta obra foi composta pela fonte Optima,
corpo 13 e em papel *offset* 90 g.